NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia" ou "GLAI") é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, em 12 de março de 2004. A Companhia tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. ("VRG") e, por intermédio de entidades controladas ou coligadas, explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (ii) atividades complementares de serviço de transporte aéreo previstas em seu Estatuto Social.

Adicionalmente, a GLAI é a controladora direta das subsidiárias GAC Inc. ("GAC"), Gol Finance ("Finance") e Smiles S.A. ("Smiles") e indireta da Webjet Linhas Aéreas S.A. ("Webjet") e Sky Finance II.

A GAC foi constituída em 23 de março de 2006 de acordo com as leis das Ilhas Cayman e sua atividade está relacionada com as aquisições de aeronaves para seu único acionista, a GLAI, que provê os recursos financeiros para suas atividades operacionais e liquidação de obrigações. A GAC é controladora da SKY Finance II, constituída em 30 de novembro de 2009, localizada nas Ilhas Cayman, cuja atividade está relacionada com captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

A Gol Finance foi constituída em 16 de março de 2006, de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e sua atividade está relacionada com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

Em 9 de abril de 2007, a Companhia adquiriu a VRG, que opera voos domésticos e internacionais, oferecendo serviços de transporte aéreo regular e não regular entre os principais destinos no Brasil, América do Sul e Caribe.

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada VRG constituiu uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP BOB") com o objetivo de desenvolver e explorar a venda a bordo de alimentos e bebidas em voos domésticos. A VRG tem participação societária de 50% no capital social da sociedade, cuja operação teve inicio em setembro de 2011.

Em 1 de agosto de 2011, a controlada VRG adquiriu a totalidade do capital social da Webjet, uma Companhia aérea com sede na cidade do Rio de Janeiro, que oferece serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e não regular de âmbito internacional de passageiros, cargas ou malas postais. A operação foi aprovada pela ANAC em 3 de outubro de 2011 e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 10 de outubro de 2012. A aprovação ocorreu mediante a celebração de um Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") entre VRG, Webjet e o CADE para atingimento de determinadas eficiências operacionais, especificamente com relação à manutenção, pela VRG e Webjet, de um índice de regularidade mínima (85%) na utilização dos horários de operação (HOTRAN) no aeroporto de Santos Dumont.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia iniciou o processo de descontinuidade da marca Webjet, juntamente com o encerramento de suas atividades operacionais, permanecendo a GLAI, a partir dessa data, responsável por todos os serviços de transporte aéreo e assistência aos passageiros e clientes da Webjet. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº11.

Em 28 de abril de 2012, a controlada VRG constituiu uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP Trip") com o objetivo de desenvolver, produzir e explorar a "Revista Gol", distribuída gratuitamente nos voos da Companhia. A participação societária da VRG equivale a 60% do capital social da SCP.

Em dezembro de 2012, a Companhia comunicou a segregação das atividades relacionadas ao programa de relacionamento "Smiles", anteriormente conduzidas pela sua controlada VRG, as quais passaram a ser conduzidas pela Smiles S.A., sociedade constituída no dia 10 de junho de 2012.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE). A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC e de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.

2. Aprovação e sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de março de 2013. A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto lado a lado, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e suas controladas diretas e indiretas, conforme relacionadas abaixo:

		% de participação		
		no capital social		
Localidade	Tipo de controle	31/12/2012	31/12/2011	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

VRG	Brasil	Direto	100%	100%
GAC Inc.	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
Gol Finance	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
SKY Finance II	Ilhas Cayman	Indireto	100%	100%
Webjet	Brasil	Indireto	100%	100%
SCP BOB (*)	Brasil	Indireto	50%	50%
SCP Trip (*)	Brasil	Indireto	60%	-
Smiles (**)	Brasil	Direto	100%	-

^(*) Por se tratarem de controladas em conjunto, são consolidadas proporcionalmente.

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com as utilizadas em exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos que a controlada VRG possui em suas sucursais no exterior (América do Sul, Caribe e Estados Unidos) também são eliminados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesse grupo os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante de caixa e possuem um risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Caixa restrito

Consiste em aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo.

d) Ativos e passivos financeiros

Consistem em instrumentos financeiros não derivativos e incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas.

A mensuração do reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros está demonstrada a seguir:

Instrumento financeiro não derivativo	Reconhecimento inicial	
Ativo	Valor justo	
Passivo	Valor justo deduzido dos custos diretos à emissão *	

^{*} Exceto instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado, cujos custos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Após o reconhecimento inicial, são mensurados a cada data de balanço de acordo com a classificação pré-definida, com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos, conforme descrito a seguir:

- i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mantidos para negociação (adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo): os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras. A Companhia possui investimentos classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras nesta categoria.
- ii. Mantidos até o vencimento: possuem pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos que a Companhia

^(**) A Companhia não possuía atividade operacional em 31 de dezembro de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros, deduzido de perdas ao valor recuperável (quando aplicável). As variações, quando incorridas, são reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.

- iii. Empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo: são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável, (quando aplicável) são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui principalmente saldos de depósitos bancários e contas a receber classificados nesta categoria.
- iv. Disponíveis para venda: não se enquadram nas categorias acima, são mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes", até que o investimento seja alienado e os ganhos e perdas acumulados sejam reclassificados para o resultado. O saldo na rubrica de "Aplicações Financeiras" é composto por títulos de depósitos no exterior (*time deposits*), com prazo superior a 90 dias de vencimento a partir da data da aplicação, e seus montantes estão sujeitos a significativas variações. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

• Passivos financeiros

- i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Consistem em passivos designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (exceto os designados como instrumentos de *hedge*) ou passivos geralmente negociados antes do vencimento. A cada data de balanço são mensurados ao valor justo, e as variações decorrentes, juros, atualização monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia classifica nesta categoria os derivativos não designados como instrumento de *hedge* efetivo.
- ii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado não são negociados antes do vencimento. São mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A Companhia possui nesta categoria empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que incluem os arrendamentos financeiros) e contas a pagar a fornecedores.

e) Contas a receber

São mensuradas com base no custo (líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há evidência de que a Companhia não irá receber os montantes de acordo com os termos estipulados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, calculado mediante análise de riscos e análise histórica da recuperação dos valores em atraso. A provisão é constituída para todas as contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, agências de viagem e cargas, e há mais de 180 dias para vendas de Companhias aéreas parceiras.

f) Estoques

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Constituídos principalmente por peças e materiais para manutenção e reposição, são apresentados pelo menor valor entre o seu custo e o valor líquido realizável. Os custos são determinados pelo método do custeio médio, e abrangem os gastos incorridos em sua aquisição e transporte até sua localização atual. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas quando as perdas são consideradas prováveis.

g) Arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06 e o IAS 17 - "Arrendamento Mercantil", os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade, riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem ao arrendatário, ou quando atendem as seguintes condições:

- i. O arrendamento mercantil transfere a propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do contrato;
- ii. O arrendatário tem a opção de comprar o ativo a um preço suficientemente mais baixo do que o valor justo na data em que a possibilidade de compra se tornar exercível, de forma que no início do arrendamento mercantil seja razoavelmente certo de que a opção de compra será exercida;
- iii. O prazo do arrendamento mercantil é a maior parte da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida;
- iv. No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato totaliza pelo menos substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado;
- v. Os ativos arrendados são de natureza especializada, somente o arrendatário pode usá-los sem grandes modificações.

Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros.

A diferença entre o valor presente e o valor total das contraprestações vincendas é apropriada no resultado como despesa financeira. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo. As aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro que possuem opção de compra ao final do contrato são depreciadas linearmente pela vida útil econômica estimada do bem até seu valor residual de 20%, estimado com base nos preços de mercado. Para as demais aeronaves, quando não existe uma razoável certeza de que a Companhia irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual, a depreciação considera o menor prazo entre a vida útil econômica remanescente estimada e o prazo do contrato de arrendamento.

Os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional e são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

• Sale-leaseback

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo;
- ii. Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o período que se espera que o ativo seja utilizado);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

iii. Caso o preço de venda seja superior ao valor justo do bem, o valor excedente é diferido e amortizado durante o período esperado que o ativo seja utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos.

Se a transação de *sale-leaseback* resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento. A Companhia não possui operações de *sale-leaseback* que resultaram em arrendamento mercantil financeiro.

h) Despesas antecipadas

Representam pagamentos antecipados cujos benefícios à Companhia ocorrerão em momento posterior à data do balanço, obedecendo aos critérios de segregação entre curto e longo prazo.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos no resultado como receita ou despesa operacional, com base nas demonstrações financeiras das controladas elaboradas na mesma data, por meio de práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia. O saldo de investimento inclui o montante avaliado pelo método de equivalência patrimonial, o saldo de mais valia de ativos e o ágio, que nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentados de acordo com sua natureza.

j) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. Aeronaves e motores adquiridos na introdução ou na expansão da frota, bem como as peças sobressalentes adquiridas separadamente, são registrados como ativo fixo e geralmente depreciados em linha com a frota a qual estão relacionadas. Os adiantamentos para aquisição de aeronaves referem-se a pré-pagamentos efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation*.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada ou pelo prazo contratual, dos dois o menor, quando não existe opção de compra ao término do arrendamento.

A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado está demonstrada na nota explicativa nº17.

A companhia segue o CPC 27 e o IAS 16 - "Imobilizado", e realiza a capitalização de gastos com grandes manutenções de motores. Tal prática estabelece que os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) devem ser capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Os gastos reconhecidos diretamente no resultado referem-se a custos de manutenção de outros componentes de aeronaves ou, ainda, de manutenção de motores que não prolongam a vida útil dos mesmos.

Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção, incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves, são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

k) Ativos intangíveis

São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado.

i. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa, a controlada operacional VRG. A Administração exerce julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas e com os planos operacionais. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

ii. Direitos de operações em aeroportos

Foram adquiridos na compra da VRG e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

iii. Marca

A marca originada pela aquisição da VRG foi capitalizada a valor justo na data da aquisição. A vida útil estimada dessa marca foi considerada indefinida, e, portanto, esse ativo não é amortizado. O valor contábil das marcas é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou quando ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

iv. Software

Os custos de aquisição ou desenvolvimento de software de computadores que possam ser separados de um item de hardware são capitalizados separadamente e amortizados por um período não excedente a 5 anos em base linear.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Não há redução ao valor recuperável até a presente data.

1) Depósitos

i. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as renegociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos, líquido das utilizações para manutenção é reconhecida como despesa no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos e acredita que os valores refletidos no balanço são recuperáveis, podendo ser reembolsados à Companhia e suas controladas ao término dos contratos.

Alguns contratos estabelecem que os depósitos existentes, em excesso aos custos de manutenção não são reembolsáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Tais excessos ocorrem quando os valores anteriormente utilizados para manutenção forem menores que os valores depositados. Os excessos detidos pelo arrendador na data de expiração do contrato, os quais não são considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, e assim permitir a utilização desses recursos financeiros em outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamentos de suas controladas VRG e Webjet. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção.

ii. Depósitos de garantia e cauções de contratos de arrendamento

São representados por montantes depositados em parcelas mensais do arrendamento mercantil oferecidos a favor dos arrendadores, conforme estabelecido no início dos contratos de arrendamento. Os depósitos e cauções são denominados em dólares norte-americanos, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

m) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variação cambial" na demonstração de resultado do exercício.

n) Contabilização de hedge

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos das variações do preço de combustível, da taxa de moeda estrangeira e das taxas de juros. Os derivativos podem ser ou não designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados em *hedge* de valor justo ou em *hedge* de fluxo de caixa.

Para ser classificado como *hedge accounting*, o instrumento derivativo deve ter uma relação efetiva de proteção na compensação das mudanças de valor justo ou do fluxo de caixa do item objeto de *hedge*. No início da relação do *hedge*, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos, bem como se a operação será designada para *hedge accounting*.

i. Hedge de valor justo

As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e em seu item objeto são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

ii. Hedge de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo destes instrumentos é reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulada na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido. Ganhos ou perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

No momento em que o item protegido afeta o resultado, os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou (iii) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido naquela data permanecem no

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

patrimônio, e são reconhecidos quando a transação prevista for contemplada no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

o) Remuneração baseada em ações

A mensuração do valor justo das transações com empregados liquidadas com instrumentos patrimoniais da GLAI na data da outorga da opção e da ação restrita utiliza o método de precificação *Black-Scholes*. Esse valor justo é registrado pelo método acelerado de acordo com CPC 10 (R1) – "Pagamento Baseado em Ações", como despesa no resultado do exercício durante o prazo que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do Patrimônio Líquido. Ao final de cada exercício, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, e caso ocorra algum impacto em relação às estimativas originais o efeito é reconhecido prospectivamente nos resultados dos exercícios remanescentes, de tal forma que a despesa acumulada reflita a melhor estimativa (revisada) com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Remuneração Baseada em Ações" que registrou o benefício aos empregados.

p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la.

Sempre que a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão pela passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

As provisões para devolução de aeronaves e motores obedecem critérios distintos em relação ao momento em que tais despesas são reconhecidas no resultado.

i. Provisão para devolução de aeronaves

As aeronaves classificadas sob a modalidade de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que tratam-se de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de "outros equipamentos de voo" do ativo imobilizado (vide nota 17). Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente e o passivo atualizado de acordo com a taxa desconto.

ii. Provisão para devolução de motores

As provisões para devolução de motores são estimadas com base nas condições mínimas contratuais que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor.

iii. Contratos onerosos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para liquidar as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos esperados ao longo do período contratual. Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões.

Essas provisões referem-se a perda com contratos de arrendamentos mercantis operacionais de aeronaves fora de operação, e correspondem ao saldo líquido entre o valor presente das parcelas dos arrendamentos e a receita esperada na utilização dessas aeronaves (por meio de operação ou subarrendamentos), quando aplicável. As premissas utilizadas são estimativas da Administração e a liquidação dessas transações poderá resultar em valores diferentes dos registrados.

iv. Provisão para reestruturação

A reestruturação é um programa planejado e controlado pela Administração e que altera materialmente a maneira de como a atividade da Companhia é conduzida. Durante esse processo, os custos necessários para o encerramento são mensurados e uma provisão é reconhecida pelo montante suficiente para suprir as obrigações geradas. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº11.

v. Provisão para seguros

A Administração mantém coberturas de seguros de aeronaves por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, com base nos limites fixados nos contratos de arrendamento e nos dispositivos exigidos na Lei nº. 10.744/03. A provisão para seguros é representada pela obrigação da Companhia em realizar os pagamentos das apólices vigentes.

vi. Demais provisões

São substancialmente relacionadas a processos judiciais e constituídas para perdas consideradas prováveis no julgamento da Administração. São relacionadas à causas trabalhistas, cíveis e tributárias, esta última apresentada na rubrica de "Obrigações fiscais" no caso de existência e de obrigação legal.

q) Reconhecimento de receita

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados como transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquido dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia, considerando dados históricos (*breakage*).

O *breakage* consiste no cálculo estatístico, com base histórica, de bilhetes que expiram sem utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que possuem grande probabilidade de não voar. Periodicamente a Companhia registra uma atualização da receita diferida baseada nos bilhetes efetivamente vencidos e expirados.

O saldo de receita diferida também refere-se aos bilhetes remarcados pelos passageiros.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas que incluem serviços fretados, venda de milhas, serviços de venda à bordo, tarifas de troca de bilhete e outros serviços adicionais são reconhecidas quando o serviço é realizado.

r) Ativos mantidos para venda

São ativos que podem recuperar seu valor contábil por meio de transação de venda altamente provável, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. São mensurados com base no menor valor entre o valor justo e o valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

contábil, deduzidos dos custos de venda. Não são depreciados ou amortizados, e, uma vez classificados nesta categoria, devem ser transacionados em até um ano. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº11.

s) Programa de milhagem

O "Programa Smiles" tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada a valor justo, com base no preço estimado que a Companhia pagaria a terceiros para assumir as obrigações pertencentes ao Programa Smiles. A geração de receita é essencialmente realizada pela venda de milhas a estabelecimentos comerciais, instituições financeiras ou participantes do Programa Smiles.

De acordo com o IFRIC 13 - *Customer Loyalty Programmes*, o valor justo da contraprestação recebida em relação à venda inicial é alocado ao Programa de milhagem Smiles e a diferença é reconhecida na rubrica de "outras receitas". As receitas alocadas às milhas do programa Smiles são reconhecidas no resultado no momento em que os produtos são entregues ou quando os serviços são prestados.

O valor justo dos créditos de milhas, líquido de estimativa da não utilização de milhas (*breakage*) é atualizado semestralmente e é determinado pela média ponderada de acordo com:

- i. O valor médio cobrado por assento pela VRG às Companhias aéreas parceiras do programa Smiles, dividido pela quantidade de milhas necessárias para emissão de um bilhete e;
- ii. O valor médio da venda de milhas para as Companhias aéreas parceiras do programa de fidelidade Smiles.

A política da Companhia é cancelar todas as milhas presentes nas contas dos clientes após 3 anos e 11 meses. O valor estimado aos créditos de milhagem a serem cancelados é reconhecido como receita. A Companhia calcula a estimativa de expiração e não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico, e tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa.

t) Informações por segmento

O CPC 22 e IFRS 8 – "Informações por segmento" requer que essas operações sejam identificadas com base em relatórios internos que são regularmente revisados pela Administração com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance individualmente.

As operações por segmento da Companhia têm origem em suas controladas VRG e Webjet, pela prestação de serviços de transporte aéreo na América do Sul e Caribe. A Administração efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, cujos arrendamentos são pagos no Brasil. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, do programa de milhagem Smiles, das vendas a prazo, de excessos de bagagem e de multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados a serviços de transporte aéreo.

Com base na administração de seus negócios e decisões de alocação de recursos, a Companhia possui apenas um segmento operacional para fins de demonstração financeira. As informações por segmento primárias da Companhia compreendem a receita líquida por segmento geográfico conforme descrito na nota explicativa nº 27.

u) Imposto de renda e contribuição social

i. Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui os efeitos do Regime Tributário de Transição ("RTT"), as receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, e itens não tributáveis ou não dedutíveis (de forma permanente). A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada controlada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda corrente relacionado aos itens registrados diretamente no patrimônio líquido é registrado também no patrimônio líquido, e não no resultado do exercício.

ii. Diferido

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O valor contábil é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal. O imposto de renda diferido ativo não reconhecido é reavaliado a cada data do balanço e reconhecido até a extensão em que o lucro tributável futuro permita que o imposto de renda diferido possa ser recuperável.

Impostos de renda ativos e passivos diferidos são determinados, considerando as alíquotas e as leis fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço e que se espera sejam aplicadas quando o respectivo ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são compensados se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

v) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

O processo de elaboração destas demonstrações financeiras requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo período em que as premissas são revistas em uma base prospectiva.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo:

i. Deterioração de ativos não financeiros

A Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos não financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa são determinados pelo cálculo de seu valor em uso, que se baseia em premissas de fluxo de caixa descontado.

ii. Imposto de Renda

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis, mas reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui provisões que envolvem considerável julgamento da Administração, que são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas.

iii. Ativo Imobilizado e intangível

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil do imobilizado e intangível a fim de determinar se há alguma indicação desse ativo ter sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso houver tal indicação, o montante recuperável é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda.

iv. Breakage

Como parte do processo de reconhecimento de receita, as passagens emitidas que não serão utilizadas e as milhas emitidas que não serão resgatadas são estimadas e reconhecidas como receita no momento da venda e emissão, respectivamente. Essas estimativas, referidas como *breakage*, são revisadas anualmente e são baseadas em dados históricos de passagens vencidas e milhas expiradas.

w) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos atribuídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

x) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos foram avaliados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

y) Normas e interpretações novas e revisadas em 2012

i. Novas normas, interpretações e revisões emitidas e adotadas em 2012:

Pronunciamento	Descrição	Emissão	Aplicável
Alteração ao IAS 12	Tributos sobre o lucro	Dez/2010	Jan/2012

ii. Normas novas, alterações e interpretações emitidas em 2012 e aplicáveis em exercícios futuros:

Pronunciamento	Pronunciamento Descrição	
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Compensação de Ativos e Passivos	1º de janeiro de 2013
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2015
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Contratos de Participação	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente	1° de julho de 2012
Modificações à IFRS 9 e IFRS 7	Divulgações - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	1° de janeiro de 2015
Modificações às IFRSs 10, 11 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	1° de janeiro de 2015
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados	1° de janeiro de 2013
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures"	1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	1° de janeiro de 2014
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície	1° de janeiro de 2013

As modificações à IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

A Administração da Companhia não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito significativo sobre as divulgações de suas demonstrações financeiras.

A IFRS 9, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

A Administração da Companhia não espera que a IFRS 9 tenha um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros.

• Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordo de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

i. A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle.

- ii. A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em "Joint Ventures". A IFRS 11 aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado. A SIC 13 "Joint Ventures" Contribuições Não Monetárias de Investidores foi retirada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou "joint ventures", conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos.
- iii. A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordo de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Essas cinco normas são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração não espera que a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011) tenham efeito relevantes em suas Demonstrações Financeiras de períodos futuros.

• A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. A IFRS 13 é aplicável a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 13 resulte em divulgações mais abrangentes em suas Demonstrações Financeiras.

• As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (i) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (ii) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. As modificações à IAS 1 são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A apresentação dos itens de outro resultado abrangente será modificada apropriadamente à medida que as modificações são adotadas nos períodos contábeis futuros.

• As modificações à IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 é o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa, exceto em determinadas circunstâncias.

A Companhia não possui operações que possam ser impactadas pelas modificações à IAS 19.

• A IFRIC 20 esclarece as exigências para contabilização dos custos de remoção de resíduos na mineração de superfície, incluindo a época em que tais custos devem ser reconhecidos como ativo e a forma como esse ativo deve ser inicialmente reconhecido e posteriormente avaliado. A Companhia não possui operações que possam ser impactadas pela IFRIC 20.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

O CFC e o CPC assumiram o compromisso de emitir novas normas assim que emitidas pelo IASB e revisar e atualizar todos os documentos emitidos, a fim de manter as práticas contábeis brasileiras totalmente em conformidade com as normas internacionais para fins de elaboração e de apresentação das demonstrações financeiras individuais das empresas brasileiras (com a exceção comentada até que legalmente seja possível a convergência completa ou até que exista mudança por parte do IASB).

A Companhia pode aplicar uma nova IFRS, ainda não obrigatória, somente quando essa IFRS permitir sua aplicação antecipada, porém condicionada à aprovação de pronunciamento correlacionado pelo CPC e, quando aplicável, condicionada à aprovação prévia pelo órgão regulador a que a empresa esteja subordinada, quando esse órgão requerer a adoção das IFRSs para as entidades reguladas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários	182.175	13.406	408.387	157.452
Equivalentes de caixa	64.970	218.979	367.164	1.072.835
	247.145	232.385	775.551	1.230.287

Em 31 de dezembro de 2012, os equivalentes de caixa eram representados por títulos privados (CDBs – Certificados de Depósito Bancário), títulos públicos e fundos de renda fixa, remunerados a taxas pós- fixadas que variam entre 90,0% e 102,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Títulos privados	-	218.979	115.891	284.911
Títulos públicos		-	166.760	787.605
Fundos de investimento	64.970		84.513	319
	64.970	218.979	367.164	1.072.835

4. Aplicações financeiras

	Controladora (BRGAAP)		Consol (IFRS e B	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Títulos privados	-		178.184	12.071
Títulos públicos	-	-	220.778	124.400
Fundos de investimento	176.413	69.885	186.066	872.597
	176.413	69.885	585.028	1.009.068

Os títulos privados são compostos por CDBs ("Certificados de Depósito Bancário"), com vencimentos até setembro de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

2013 e liquidez imediata, remunerados à taxa média ponderada de 99,47% da taxa CDI.

Os títulos públicos são compostos por LTN ("Letra do Tesouro Nacional") e NTN ("Notas do Tesouro Nacional), com remuneração média variável dos últimos doze meses de 8,47% ao ano.

Os fundos de investimentos estão representados basicamente, pelos títulos públicos LTN e por CDBs.

5. Caixa Restrito

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Depósito de margem de operações de hedge (a)	50.749	82.996
Depósito de margem de garantia vinculado ao empréstimo do BNDES (b)	-	8.591
Depósitos em garantia de carta fiança (Safra) (c)	72.092	8.471
Depósito em garantia - compra da Webjet	-	8.554
Depósito em garantia – Bic Banco	10.040	-
Depósito em garantia de operações de futuro (d)	89.038	-
Outros depósitos vinculados	2.605	483
-	224.524	109.095
Circulante	7	8.554
Não circulante	224.517	100.541

- (a) Depósito em dólar norte-americano, remunerados à taxa libor (remuneração média de 0,75% a.a.).
- (b) Depósito de margem aplicado em fundos DI e remunerados a taxa média ponderada de 101,5% do CDI.
- (c) O valor da garantia está vinculado ao empréstimo da Webjet.
- (d) Depósito em garantia de operações de futuro aplicado em LTN (remuneração média de 10,35%).

6. Contas a receber

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	92.621	100.214
Agências de viagens	171.314	185.544
Vendas parceladas	37.882	47.189
Agências de cargas	35.897	37.460
Companhias aéreas parceiras	17.443	17.031
Outros	33.396	35.077
	388.553	422.515
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	12.269	9.228
Agências de viagens	5.685	6.833
Agências de cargas	393	301
	18.347	16.362
	406.900	438.877
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(80.712)	(83.610)
	326.188	355.267

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Circulante	325.665	354.134
Não circulante (*)	523	1.133

^(*) A parcela de contas a receber de longo prazo está registrada na rubrica de outros créditos e valores, no ativo não circulante e corresponde às vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, com vencimento superior a 360 dias.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	288.327	317.016
Vencidas até 30 dias	12.077	20.618
Vencidas de 31 a 60 dias	7.659	7.507
Vencidas de 61 a 90 dias	5.707	4.954
Vencidas de 91 a 180 dias	9.176	11.754
Vencidas de 181 a 360 dias	15.087	15.307
Vencidas acima de 360 dias	68.867	61.721
	406.900	438.877

O período médio de recebimento nas vendas parceladas é de oito meses e são cobrados juros mensais de 5,99% sobre o saldo a receber, que são contabilizados no resultado financeiro. O período médio de recebimento das demais contas a receber é de 102 dias (108 dias em 31 de dezembro de 2011).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	
Saldo no início do exercício	(83.610)	(60.127)	
Adições	(25.193)	(35.849)	
Adições provenientes da aquisição da Webjet	-	(3.376)	
Montantes incobráveis	8.560	3.304	
Recuperações	19.531	12.438	
Saldo no final do exercício	(80.712)	(83.610)	

7. Estoques

Consol (IFRS e B	
31/12/2012 31/12/2	
19.882	20.148
112.970	127.080
15.861	12.725
6.917	9.270
(17.591)	(18.200)
138.039	151.023
	31/12/2012 19.882 112.970 15.861 6.917 (17.591)

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	Conso	lidado
	(IFRS e B	BRGAAP)
	31/12/2012	31/12/2011
Saldos no início do exercício	(18.200)	(17.004)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Adições	(325)	(1.648)
Adições provenientes da aquisição da Webjet	-	(13)
Baixas	934	465
Saldos no final do exercício	(17.591)	(18.200)

Impostos diferidos e a recuperar 8.

	Controladora (BRGAAP)		Consolio (IFR	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos a recuperar:				
Ativo				
ICMS (1)	-	-	24.147	13.222
Antecipações e IRPJ e CSSL a recuperar (2)	42.221	37.784	67.070	77.679
IRRF (3)	986	1.922	30.361	16.584
PIS e COFINS (4)	-	-	1.250	54.085
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	6.182	26.791
Imposto de valor agregado recuperável – IVA (5)	-	-	4.744	4.242
Imposto de renda sobre importações	248	275	13.579	17.740
Outros	-	-	428	2.655
Total dos impostos a recuperar	43.455	39.981	147.761	212.998
Circulante	6.693	39.981	110.999	212.998
Não circulante	36.762	-	36.762	-

⁽¹⁾ ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.

	GLAI		VRG		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos diferidos						
Prejuízos fiscais	32.758	33.121	394.045	394.046	426.804	427.167
Base negativa de contribuição social	11.793	11.923	141.857	141.857	153.650	153.780
Diferenças temporárias:						
Programa de milhagem	-	-	166.332	97.483	166.332	97.483
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros						
créditos	-	-	69.784	62.317	69.784	62.317
Provisão para perda aquisição da VRG			143.350	143.350	143.350	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	-	-	36.765	57.151	36.765	57.151
Devolução de aeronaves	-	-	46.812	22.089	46.812	22.089
Operações com derivativos não liquidados	-	-	42.007	36.852	42.007	36.852
Efeitos de aquisição da Webjet	-	-	-	7.086	-	7.086
Marcas	-	-	(2.158)	(21.457)	(2.158)	(21.457)
Direitos de voo	-	-	(353.226)	(353.226)	(353.226)	(353.226)
Depósitos de manutenção	-	-	(110.327)	(101.630)	(110.327)	(101.630)

⁽²⁾ IRPJ: imposto de renda brasileiro, federal, cobrado sobre o lucro líquido tributável.
CSLL: contribuição social sobre o lucro líquido tributável, criado para financiar programas e fundos sociais.
(3) IRRF: retenção do imposto de renda aplicável sobre os rendimentos financeiros resultantes de investimentos bancários.
(4) PIS/COFINS: Contribuições para Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
(5) IVA: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços do exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Depreciação de motores e peças de manutenção de						
aeronaves	-	-	(159.697)	(140.677)	(159.697)	(140.677)
Estorno da amortização do ágio	-	-	(102.128)	(76.596)	(102.128)	(76.596)
Operações de leasing de aeronaves	-	-	(12.876)	(26.902)	(12.876)	(26.902)
Outros	93	93	51.407	36.404	51.499	36.497
Total do imposto diferido e contribuição social						
diferidos – não circulante	44.644	45.137	351.947	278.147	396.591	323.284

A Companhia e sua controlada direta VRG e indireta Webjet têm prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controlado	Controladora (GLAI) Controlada direta		lireta (VRG)	Controlada in	direta (Webjet)
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo fiscal	252.340	258.268	2.343.996	1.576.185	510.320	311.082
Base negativa de contribuição social	252,340	258.268	2.343.996	1.576.185	510,320	311.082

Em 31 de dezembro de 2012, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram avaliados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Tais projeções refletem as mudanças no cenário econômico, mudanças mercadológicas e as decorrentes de decisões da Administração, contemplando as seguintes premissas:

- i. O cenário de longo prazo apresenta uma continuação da estratégia adotada em 2012 de racionalização da oferta doméstica. Com base nessa estratégia pode-se observar um crescimento na taxa de ocupação das aeronaves alinhado a uma estabilização do *yield*.
- ii. A Companhia continua com o plano de crescimento das receitas auxiliares, o que pode ser verificado no ano de 2012, como por exemplo, a venda do assento especial e o crescimento da venda a bordo.
- iii. Em relação aos custos, a principal mudança foi o novo patamar de despesa de pessoal alcançado em 2012. As demissões que ocorreram durante o ano, transformaram a base da projeção mais eficiente, trazendo um efeito importante na manutenção dos custos gerenciáveis.
- iv. As projeções contemplaram a chegada das novas aeronaves Boeing 737-MAX, anunciada em 2012. A partir de 2018 os novos aviões contribuirão para que a companhia fique ainda mais eficiente no consumo de combustível.

As estimativas de recuperação do ativo fiscal diferido foram baseadas nas projeções dos lucros tributários levando em consideração as premissas acima, além de diversas premissas financeiras, de negócios e fatores internos e externos, consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas podem estar sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia e suas controladas possuem o montante total de créditos fiscais de R\$1.056.263, dos quais R\$85.796 são da controladora GLAI e R\$970.467 são das controladas operacionais VRG e Webjet.

As projeções da Controladora GLAI e da Controlada indireta Webjet não apresentaram lucros tributáveis suficientes para serem realizados nos próximos 10 anos e, como resultado, registrou uma provisão para perda dos créditos tributários não realizáveis de R\$41.245 para a GLAI e R\$173.508 para a Webjet. Já para a controlada VRG, tais projeções indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização da totalidade dos créditos fiscais diferidos reconhecidos em até 10 anos. Entretanto, devido aos prejuízos fiscais apresentados nos últimos anos, a Administração realizou uma análise de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

sensibilidade sobre as projeções de resultado e, considerando alterações significativas no cenário macroeconômico, registrou o reconhecimento dos ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa pelo menor valor apurado obtido nesta análise. Como resultado, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perda de R\$261.056 da controlada VRG.

A expectativa de realização anual dos créditos fiscais é como segue:

	Controladora (GLAI)	Controlada (VRG)
2013	-	-
2014	3.127	123.642
2015	4.244	133.493
2016	4.715	144.930
2017 em diante	32.465	394.894
	44.551	796.959

Adicionalmente, a Administração da Companhia continua focada em ações mais efetivas de redução dos custos operacionais e elevação dos patamares de receita, além da busca de melhorias na qualidade dos serviços prestados com a implantação de ações direcionadas para a melhoria no atendimento ao cliente, atingimento de elevados índices de pontualidade, simplificação e busca de sinergia em seus processos operacionais. Todas estas ações reforçam o compromisso da Companhia em alcançar níveis sustentáveis de lucros futuros e ratificam a realização do ativo fiscal diferido.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.507.743)	(772.105)	(1.584.822)	(1.000.418)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	512.632	262.516	538.839	340.141
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(453.231)	(176.213)	-	-
Resultado das subsidiárias integrais	(26.898)	(37.969)	(27.325)	(37.972)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes	(3.812)	(5.093)	(14.093)	20.117
Despesas não dedutíveis)	(366)	(2.817)	(50.922)	(39.878)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(34.953)	(44.275)	(47.252)	(48.396)
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e				
diferenças temporárias	1.456	24.418	(327.340)	14.868
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(5.172)	20.567	71.907	248.880
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.679)	(1.433)	(6.553)	(5.791)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(493)	22.000	78.460	254.671
	(5.172)	20.567	71.907	248.880

9. Despesas antecipadas

		troladora Consolidado R GAAP) (IFRS e BR GAAP		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Perdas diferidas de transações de Sale	-	-	44.829	54.201

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

leaseback de aeronaves		<u> </u>		
Pagamentos de prêmios de hedge	-	-	-	11.572
Pré-pagamentos de arrendamentos	-	-	15.291	30.382
Pré-pagamentos de seguros	312	136	17.705	22.775
Pré-pagamentos de comissões	-	-	14.605	13.020
Outros	<u></u> _		5.354	6.811
	312	136	97.784	138.761
Circulante	312	136	62.328	93.797
Não circulante			35.456	44.964

Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a Companhia apurou perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de nove aeronaves no montante de R\$89.337. Estas perdas foram diferidas e estão sendo amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Maiores informações relacionadas às transações de *sale-leaseback* estão descritas na nota explicativa nº 29b.

10. Depósitos

Controladora

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios as que estão relacionados, e são corrigidos pela taxa SELIC. Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012, registrado no ativo não circulante totalizavam R\$18.548 (R\$12.065 em 31 de dezembro de 2011).

Consolidado

Depósitos de manutenção

A Companhia e suas controladas VRG e Webjet efetuaram depósitos em dólar para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia e suas controladas, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia e suas controladas detém o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente.

Em 31 de dezembro de 2012, os depósitos de manutenção são apresentados pelo seu valor realizável líquido, cujo saldo classificado no ativo circulante e não circulante era de R\$2.575 e R\$324.492, respectivamente (R\$35.082 e R\$323.062 no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2011, respectivamente).

Depósitos de garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia e suas controladas realizam depósitos em garantia, em dólar às empresas de arrendamento, cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos em garantia dos contratos de arrendamento, classificados no ativo não circulante é de R\$173.313 (R\$96.983 em 31 de dezembro de 2011).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos tributários, cíveis e trabalhistas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

mantidos em juízo até a solução dos litígios as que estão relacionados, e são corrigidos pela taxa SELIC. Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012, registrado no ativo não circulante e apresentados pelo seu valor realizável líquido totalizavam R\$156.816 (R\$175.472 em 31 de dezembro de 2011).

11. Reestruturação das operações da Webjet

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia deu início ao processo de encerramento das atividades da Webjet e a consequente descontinuidade da marca. O processo de reestruturação tem como objetivo a otimização da estrutura organizacional das Companhias e unificação de suas operações, reduzindo custos e propiciando o aproveitamento de sinergias. Os efeitos decorrentes destas ações estão descritos a seguir.

A primeira medida tomada para a descontinuidade das atividades foi a extinção das operações de voo. A Webjet detém um modelo de operação com base em uma frota composta majoritariamente por aviões modelo Boeing 737-300, de idade média elevada, alto consumo de combustível e defasagem tecnológica. Sobre esta frota, estima-se a devolução total das 18 aeronaves até o final do primeiro semestre de 2013.

Como consequência do encerramento das operações, a Webjet apresentou custos decorrentes do processo de reestruturação que foram registrados com base na estimativa apurada pela Companhia. Essa estimativa envolve custo com desligamento de colaboradores, redução ao valor recuperável de ativos, provisões para devolução de aeronaves e motores e penalidades contratuais.

Descrição	31/12/2012
Provisão para perda em estoques (i)	5.348
Imobilizado e equipamentos de voo (i)	25.766
Depósitos de manutenção e cauções para aeronaves e motores (ii)	56.202
Provisão para devolução de aeronaves e motores (iii)	11.235
Penalidades contratuais (iv)	8.826
Desligamento de colaboradores (v)	16.917
Custo da reestruturação	124.294

- i. Provisão para perda em estoques e imobilizado e equipamentos de voo: representado por peças e componentes exclusivos para a frota Boeing 737-300.
- ii. Depósitos de manutenção e cauções para aeronaves e motores: representa a estimativa de perda de valores pagos aos lessores e que, devido ao término antecipado dos contratos de arrendamento, não poderão ser reembolsados à Companhia.
- iii. Devolução de aeronaves e motores: representada pelo custo adicional que será incorrido em função da devolução antecipada das aeronaves e motores pertencentes à frota;
- iv. Penalidades contratuais: representadas pelo valor estimado dos pagamentos que a Companhia terá que realizar junto aos lessores devido ao término antecipado dos contratos de arrendamento mercantil;
- v. Desligamento de colaboradores: representa os custos estimados que a Companhia terá devido à descontinuidade da utilização da frota Boeing 737-300 e consequente desligamento da tripulação técnica que opera este tipo de frota.

Ativo mantido para venda

Por não representar um componente, conforme definido pelo IFRS 5 e CPC 31 – "Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada", com operações e fluxos de caixa que pudessem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para fins de divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia, a Webjet não foi considerada uma "Operação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

descontinuada". Esta definição é reforçada pelo fato de que as rotas até então operadas pela Webjet continuarão a serem atendidas pela Companhia. No entanto, em virtude de as aeronaves próprias pertencentes à frota da Webjet estarem disponíveis para venda imediata e a sua venda ser considerada altamente provável, o saldo contábil dessas aeronaves foi reclassificado, de acordo com IFRS 5 e CPC 31, para o grupo de "Ativos mantidos para venda" e estão registrados pelo valor que a Companhia espera que os ativos serão realizados, o que corresponde ao seu realizável líquido, conforme detalhado a seguir:

	31/12/2012
Aeronaves	12.253
Motores	11.473
Provisão de redução ao valor recuperável	(15.552)
	8.174

O efeito total relacionado a perdas de ativos e reconhecimento de obrigações originadas pelo processo de reestruturação é como segue:

12. Transações com partes relacionadas

Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante - Controladora

A Companhia, por meio da GAC e da Finance mantém mútuos, ativos e passivos, com a VRG, sem previsão de juros, vencimento, avais e garantias, conforme quadro abaixo:

	Ati	tivo Passivo		
	31/12/2012 31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011
GLAI com VRG	50.887	48.514		
GAC com VRG (a)	-	71.280	493.918	222.725
Finance com VRG (a)	483.375	474.023		
	534.262	593.817	493.918	222.725

(a) os valores que a Companhia mantém com a GAC e Finance, controladas no exterior, são atualizados por variação cambial.

Serviços gráficos, de transportes e de consultoria

A controlada VRG mantém contrato com a empresa ligada Breda Transportes e Serviços S.A. para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, com vencimento em 31 de maio de 2013, os preços podem ser reajustados a cada 12 meses por igual período mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes e com correção anual com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

A controlada VRG manteve contratos com as empresas ligadas Expresso União Ltda. e Serviços Gráficos Ltda., para a prestação de serviços de transporte de colaboradores e serviços gráficos, com vigência até 16 de setembro de 2012 e 18 de julho de 2012, respectivamente. Após o término da vigência, estes contratos não foram renovados.

A controlada VRG, mantém, também contratos para a exploração de franquias Gollog em Passos/MG, pela empresa ligada União Transporte de Encomendas e Comércio de Veículos Ltda., com vigência até 29 de dezembro de 2015.

A controlada VRG mantém ainda contratos com a empresa ligada Vaud Participações S.A. para prestação de serviços de administração e gestão executiva, com vigência até 01 de outubro de 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a VRG reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

R\$10.636 (R\$11.101 em 31 de dezembro de 2011). As entidades mencionadas acima pertencem ao mesmo grupo econômico da Companhia.

Locação de imóvel

A VRG era locatária do imóvel situado à Rua Tamoios, 246, em São Paulo – SP, pertencente à Patrimony Administradora de Bens controlada pela Comporte Participações S.A., empresa que pertence ao mesmo acionista da Companhia. O contrato teve término em agosto de 2012, e não houve renovação até a presente data.

Contratos de Abertura de Conta UATP (Universal Air Transportation Plan) com Concessão de Limite de Crédito

Em setembro de 2011, a controlada VRG firmou contratos com as partes relacionadas Pássaro Azul Taxi Aéreo Ltda. e Viação Piracicabana Ltda., ambos em vigor por prazo indeterminado, com a finalidade de emitir créditos de R\$20 e R\$40, respectivamente, para utilização no sistema UATP (*Universal Air Transportation Plan*). A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

Contrato de financiamento de manutenção de motores

A VRG possui uma linha de financiamento de manutenção de motores cuja captação ocorre através da emissão de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas"). As séries, emitidas em 29 de junho de 2012 e 27 de setembro de 2012 respectivamente, terão vencimento em 29 de junho de 2014 e 27 de setembro de 2014 e visam prover o suporte aos serviços de manutenção de motores (vide maiores detalhes na nota explicativa 17). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os gastos com manutenção de motores realizados junto a oficina da Delta Air Lines foram de R\$86.577.

Contas a pagar – passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a pagar às empresas ligadas no valor de R\$1.019 (R\$1.198 em 31 de dezembro de 2011) está incluso no saldo de fornecedores e refere-se substancialmente ao pagamento à Breda Transportes e Serviços S.A. sobre os serviços de transporte terrestre de passageiros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	31/12/2012	31/12/2011
Salários e benefícios	13.534	15.260
Encargos sociais	5.234	5.569
Remuneração baseada em ações	8.306	17.760
Total	27.074	38.589

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

13. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Ações Restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos e fortalecer o comprometimento e produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo. Os planos atuam para atrair e reter administradores-chave e talentos estratégicos, vinculando parte significativa de seu patrimônio ao valor da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Plano de Opção de Compra de Ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de compra de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas até 2009, as opções se tornam exercíveis à taxa de 20% ao ano e podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

Em função de alterações promovidas no Plano de Opção de Compra de ações da Companhia aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, nos planos outorgados a partir de 2010 as opções se tornam exercíveis à taxa de 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes planos também poderão ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes. A volatilidade esperada das opções baseia-se na volatilidade histórica de 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas em bolsa.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes estão relacionadas a seguir:

Plano de Opção de Compra de Ações

Ano da opção	Data da reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Preço de exercício da opção	Valor justo médio da opção na data da concessão	Volatilidade estimada do preço da ação	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Duração da opção (em anos)
2005	09/12/2004	87.418	33,06	29,22	32,52%	0,84%	17,23%	10
2006	02/01/2006	99.816	47,30	51,68	39,87%	0,93%	18,00%	10
2007	31/12/2006	113.379	65,85	46,61	46,54%	0,98%	13,19%	10
2008	20/12/2007	190.296	45,46	29,27	40,95%	0,86%	11,18%	10
2009 (a)	04/02/2009	1.142.473	10,52	8,53	76,91%	-	12,66%	10
2010 (b)	02/02/2010	2.774.640	20,65	16,81	77,95%	2,73%	8,65%	10
2011	20/12/2010	2.722.444	27,83	16,11(c)	44,55%	0,47%	10,25%	10
2012	19/10/2012	778.912	12,81	5,35 (d)	52,25%	2,26%	9,00%	10

⁽a) em abril de 2010 foram outorgadas 216.673 ações em complemento ao plano de 2009.

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	4.621.192	24,34
Opções concedidas	778.912	12,81
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos perdidos	(1.400.934)	23,48
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2012	3.999.170	22,40
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011	1.784.759	23,89
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	1.885.116	23,05

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012 estão sumariadas abaixo:

	Opções	exercíveis			
Intervalo de preços de exercício	Opções em circulação	Maturidade remanescente média (em anos)	Preço médio de exercício	Opções exercíveis	Preço médio de exercício

⁽b) em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010.

⁽c) o valor justo calculado para a plano de 2011 foi de R\$16,92, R\$16,11 e R\$15,17 para os respectivos períodos de vesting (2011, 2012 e 2013).

⁽d) o valor justo calculado para o plano de opção de ações de 2012 foi de R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

33,06	4.965	3	33,06	4.965	33,06
47,3	13.220	4	47,30	13.220	47,3
65,85	14.962	5	65,85	14.962	65,85
45,46	41.749	6	45,46	37.574	45,46
10,52	237.087	7	10,52	165.961	10,52
20,65	1.419.751	8	20,65	1.064.814	20,65
27,83	1.667.489	9	27,83	583.620	27,83
12,81	599.947	10	12,81	-	12,81
10,52-65,85	3.999.170	7,40	22,40	1.885.116	23,05

Plano de Ações Restritas

Durante a Assembleia Geral Extraordinária da GLAI realizada em 19 de outubro de 2012, foi aprovado o plano de ações restritas. As primeiras outorgas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da GLAI de 13 de novembro de 2012. A transferência das ações restritas será realizada ao término de 3 anos da data de concessão, assumindo-se como condição de aquisição que o funcionário mantenha vínculo empregatício durante esse período. O valor justo das ações restritas outorgadas foi estimado na data de concessão utilizando o modelo de precificação Black-Scholes, e as premissas estão relacionadas a seguir:

		I	Plano de Ações Restrit	as		
Ano da opção	Data da reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Valor justo médio da opção na data da concessão	Volatilidade estimada do preço da ação	Taxa de retorno livre de risco	Duração da opção (em anos)
2012	13/11/2012	589.304	9,70	52,25%	9,0%	10

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$10.652 (R\$24.875 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011), sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

Até 31 de dezembro de 2012 não havia ações restritas transferidas aos beneficiários do plano.

• Combinações de negócios

Em 3 de outubro de 2011 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Webjet, companhia aérea nacional com sede na cidade do Rio de Janeiro que oferece serviços de transporte aéreo regular de passageiros.

O objetivo desta aquisição foi fortalecer a atuação da Companhia no mercado doméstico, aumentar sua participação nos principais aeroportos brasileiros, principalmente nos aeroportos de Guarulhos em São Paulo e Santos Dumont no Rio de Janeiro, a fim de atender a demanda da crescente classe média, e dar continuidade à missão de popularizar o transporte aéreo e atuar como uma das Companhias líderes no segmento de aviação de baixo custo.

Em 02 de outubro de 2012, a Administração finalizou a avaliação dos ativos e passivos adquiridos, incluindo os ativos intangíveis, bem como o efeito dos impostos diferidos e concluiu que não houve alterações posteriores à alocação provisória realizada em 03 de outubro de 2011.

Adicionalmente, em função da descontinuidade da utilização dos ativos da Webjet, os valores alocados em estoques, imobilizado e o ajuste a valor de mercado dos arrendamentos operacionais referentes à combinação de negócios foram integralmente revertidos em 2012.

15. Investimentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em decorrência das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 à Lei 6.404/76, os investimentos em empresas controladas no exterior, GAC e Finance foram considerados na essência uma extensão da controladora GLAI e somadas linha a linha com a controladora GLAI, sendo considerado como investimento apenas a controlada VRG.

As movimentações do investimento no período findo em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2010 - Investimento	2.713.261	
Resultado de equivalência patrimonial	(518.274)	
Perdas não realizados de <i>hedge (VRG)</i> (8		
Amortização de perdas, líquidas com sale leaseback (a)	(1.809)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011 – Investimento 2.		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.333.033)	
Ganhos não realizados de hedge (VRG)	10.686	
Amortização de perdas, líquidas com sale leaseback (a)	(1.810)	
Saldos em 31 de dezembro de 2012 – Investimento	779.168	

(a) A controlada GAC possui saldo líquido de perdas e ganhos diferidas com *sale leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento das parcelas contratuais efetuadas pela sua controlada VRG. Dessa forma em 31 de dezembro de 2012, o saldo líquido a ser diferido de R\$28.877 (R\$30.685 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011) é, na essência, parte do investimento líquido da controladora na VRG. Vide nota explicativa n° 29b.

A controlada VRG não possui ações negociadas em bolsa. As informações relevantes sobre a VRG estão sumariadas a seguir:

	Quantidade	Participação	Capital	Patrimônio	
	total de ações	%	social	líquido (b)	Prejuízo líquido
31/12/2011	3.002.248.156	100%	2.294.191	2.072.640	(518.274)
31/12/2012	3.002.248.156	100%	2.294.191	750.272	(1.333.033)

⁽b) A diferença entre o saldo do investimento e a participação no patrimônio líquido da VRG corresponde ao valor líquido do efeito de R\$28.877de *sale leaseback*, mencionado acima no item (a).

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada integral Smiles S.A. possuía um patrimônio no valor de R\$0,1.

16. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e preferenciais quanto aos direitos de voto e preferências em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não dão direito ao recebimento de nenhum dividendo fixo. Em vez disso, os acionistas preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação no mesmo valor dos dividendos por ação pagos aos detentores de ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que, substancialmente, não há diferença entre ações preferenciais e ordinárias e, portanto, a forma do cálculo do lucro ou prejuízo por ação, básico e diluído, deve ser a mesma para os dois tipos de ações.

Consequentemente, o resultado (lucro ou prejuízo) por ação básico é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo de resultado (lucro ou prejuízo) por ação diluído é computado incluindo-se as opções de compra de ações de executivos e funcionários chave usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo. O efeito anti-dilutivo de todas as potenciais ações são ignoradas no cálculo do resultado por ação dilutivo.

Controladora e Consolidado (IFRS
e BRGAAP)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2012	31/12/2011
Numerador Prejuízo líquido do exercício	(1.512.915)	(751.538)
<u>Denominador</u> Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	269.869	270.376
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões	269.869	270.376
Prejuízo básico por ação Prejuízo diluído por ação	(5,606) (5.606)	(2,780) (2,780)

O resultado diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro, como por exemplo, os planos de remuneração baseada em ações, descritos na nota 13. No entanto, em razão do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estes instrumentos possuem efeito não dilutivo e, portanto não são consideradas na quantidade total de ações em circulação.

17. Imobilizado

Controladora

O saldo corresponde aos adiantamentos para aquisição de aeronaves, referentes aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 95 aeronaves 737-800 *Next Generation* (101 aeronaves em 31 de dezembro de 2011) no valor de R\$475.335 (R\$359.515 em 31 de dezembro de 2011) e ao direito sobre o valor residual das aeronaves no valor de R\$417.163 (R\$417.163 em 31 de dezembro de 2011), ambos realizados pela controlada GAC.

Consolidado

			31/12/2011		
	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos de voo					
Imobilizado sob arrendamento financeiro	4%	2.955.671	(731.635)	2.224.036	2.377.234
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	4%	907.908	(214.873)	693.035	728.471
Reconfigurações/benfeitorias de aeronaves	30%	695.820	(350.321)	345.499	253.655
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	2.162	(1.289)	873	822
Ferramentas	10%	27.363	(10.072)	17.291	18.387
	_	4.588.924	(1.308.190)	3.280.734	3.378.569
Perdas por redução ao valor recuperável	-	(47.726)	-	(47.726)	(46.029)
	_	4.541.198	(1.308.190)	3.233.008	3.332.540
Imobilizado de uso					
Veículos	20%	10.568	(7.891)	2.677	2.969
Máquinas e equipamentos	10%	50.540	(17.385)	33.155	31.573
Móveis e utensílios	10%	20.725	(11.288)	9.437	10.323
Computadores e periféricos	20%	46.117	(32.234)	13.883	15.712
Equipamentos de comunicação	10%	3.066	(1.713)	1.353	1.334
Instalações	10%	4.281	(2.929)	1.352	1.854
Centro de manutenção Confins	10%	105.971	(25.413)	80.558	92.047
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	50.375	(27.153)	23.222	15.115
Obras em andamento	- <u> </u>	5.865		5.865	21.936
		297.508	(126.006)	171.502	192.863
	_	4.838.706	(1.434.196)	3.404.510	3.525.403
Adiantamentos para aquisição de					
imobilizado	- <u> </u>	481.289		481.289	365.067

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

5.319.995	(1.434.196)	3.885.799	3.890.470

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro	Outros equipamentos de voo (a)	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	2.210.433	751.816	323.661	175.058	3.460.968
Adições provenientes de aquisição da Webjet	-	65.328	-	6.264	71.592
Adições	371.262	300.915	273.984	38.576	984.737
Baixas	-	(3.383)	(232.578)	(5.132)	(241.093)
Depreciação	(204.461)	(136.120)	-	(21.903)	(362.484)
Perdas por redução ao valor recuperável		(23.250)			(23.250)
Em 31 de dezembro de 2011	2.377.234	955.306	365.067	192.863	3.890.470
Adições	31.265	395.661	256.887	14.883	698.696
Baixas (b)	-	(81.155)	(140.664)	(1.237)	(223.056)
Ativos Disponíveis para Venda	-	(8.174)			(8.174)
Depreciação	(184.462)	(252.667)		(35.008)	(472.137)
Em 31 de dezembro de 2012	2.224.037	1.008.971	481.290	171.501	3.885.799

⁽a) As adições representam fundamentalmente: (i) o total de custos estimados a incorrer relativos a benfeitorias realizadas em aeronaves cuja reconfiguração ocorrerá no momento da devolução; (ii) custos capitalizados relativos a grandes manutenções em motores.

18. Intangível

			Direitos de operação em	C. A.	m . 1
-	Ágio	Marcas	aeroportos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	542.302	63.109	560.842	100.924	1.267.177
Adições provenientes da aquisição da Webjet				209	209
Adições	-	-	-	73.598	73.598
Baixas	-	-	-	(8.936)	(8.936)
Amortizações	-	-	-	(26.149)	(26.149)
Valor justo decorrente da aquisição da Webjet			478.058		478.058
Saldos em 31 de dezembro de 2011	542.302	63.109	1.038.900	139.646	1.783.957
Adições	-	-	-	20.773	20.773
Baixas	-	-	-	(544)	(544)
Amortizações	-	-	-	(47.494)	(47.494)
Perdas por redução ao valor recuperável	-	(56.761)	-	-	(56.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	542.302	6.348	1.038.900	112.381	1.699.931

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reavaliou o valor da marca Varig considerando as novas perspectivas relacionadas ao uso e, consequente, benefício econômico gerado pela utilização da marca no futuro. Como resultado, foi reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$56.761.

19. Empréstimos e financiamentos

Vencimento	Taxa de juros efetiva a.a.	Controladora		Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	

⁽b) Inclui a provisão referente ao processo de reestruturação da Webjet no valor de R\$25.766. Para detalhes vide nota explicativa nº 11.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Circulante						
Moeda nacional:						
Debêntures IV	Set, 2015	11,09%	_	-	596,451	595.160
Debêntures V	Jun, 2017	10,64%	-	-	494.505	493.284
BNDES - Repasse Safra	Out, 2014	11,46%	-	-	29.888	29.956
Santander	-	-	-	40.676	-	40.676
Citibank	Jun,2013	7,19%	_	-	14.013	19.401
BNDES (direto)	Jul, 2017	10,72%	-	_	3.140	8.372
BDMG	Mar, 2018	10,71%	-	_	6.401	3.600
Industrial CDB	-	- -	-	_	-	1.250
Banco IBM	Set, 2017	12,94%	_	_	6.663	-
Capital de giro	Mar, 2013	16,08%	-	_	191.841	_
Juros	1.141, 2015	,,,,,,,	-	_	13.991	23.421
5 61 55				40.676	1.356.893	1.215.120
Moeda Estrangeira (em US\$)			 -	10.070	11000000	1.213.120
J.P. Morgan	Set, 2014	1,09%	-	_	73.609	_
Capital de giro	-	-,-,-,-	_	_	-	95.894
IFC	Jan, 2013	5,84%	_	_	17.007	31.264
FINIMP	Nov,2013	3,66%	_	_	24.179	3.127
Aeroturbine	-	-	_	_	24.177	4.579
Juros			41.980	38.799	40.285	40.701
Julos			41.980	38.799	155.080	175.565
			41.980	79.475	1.511.973	1.390.685
			41.700	17.413	1.311.773	1.570.005
Arrendamento financeiro	Out, 2023	5,55% -	-	-	207.652	161.755
Total circulante			41.980	79.475	1.719.625	1.552.440
Não circulante						
Moeda nacional:						
Debêntures IV	Set, 2015	11,09%	-	-	-	-
Debêntures V	Jun,2017	10,64%	-	-	-	-
Safra	Dez, 2015	3,34%	-	-	131.188	196.000
BNDES – Repasse Safra	Out, 2014	11,46%	-	-	13.938	42.837
BDMG	Mar, 2018	10,71%	-	-	20.134	25.851
BNDES – (Direto)	Jul,2017	10,72%	-	-	11.098	-
Banco IBM	Mar, 2017	12,94%			20.484	
					196.842	264.688
Moeda estrangeira (em US\$):						
J.P.Morgan	Set, 2014	1,09%	-	-	33.656	-
Bônus sênior I	Abr, 2017	7,70%	459.788	421.669	429.135	393.532
Bônus sênior II	Jul, 2020	9,65%	601.242	550.471	601.242	550.471
Bônus perpétuos	-	8,75%	408.699	375.160	365.787	335.768
1 1			1.469.729	1.347.300	1.429.820	1.279.771
			1.469.729	1.347.300	1.626.662	1.544.459
Arrendamento financeiro	Out, 2023	5,55%	-	-	1.844.888	1.894.549
Total não circulante			1.469.729	1.347.300	3.471.550	3.439.008
			1.511.709	1.426.775	5.191.175	4.991.448

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	Controladora		
Após	Sem		
2016	Vencimento	Total	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(em dólares norte-americanos):			
Bônus senior I	459.788	-	459.788
Bônus senior II	601.242	-	601.242
Bônus perpétuos	<u></u>	408.699	408.699
Total	1.061.030	408.699	1.469.729

	2014	2015	2016	Após 2016	Sem Vencimento	Total
Moeda nacional:	<u> </u>					
Empréstimo BNDES	3.097	3.097	3.097	1.807	-	11.098
BNDES – Repasse Safra	13.938	-	-	-	-	13.938
Safra	65.114	66.074	-	-	-	131.188
BDMG	4.964	4.710	4.710	5.751	-	20.135
IBM	5.459	5.530	5.604	3.890	-	20.483
Debêntures						
	92.572	79.411	13.411	11.448		196.842
Moeda estrangeira						
(em dólares norte-americanos):						
JP Morgan	33.656	-	-		-	33.656
Bônus senior I	-	-	-	429.135	-	429.135
Bônus senior II	-	-	-	601.242	-	601.242
Bônus perpétuos					365.787	365.787
	33.656			1.030.377	365.787	1.429.820
Total	126.228	79.411	13.411	1.041.825	365.787	1.626.662

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2012, são conforme segue:

	Contro	ladora	Consolidado		
	Contábil Mercado (a)		Contábil	Mercado (a)	
Bônus sênior (I e II)	1.061.030	975.208	1.030.377	944.555	
Bônus perpétuos	408.699	256.627	365.787	213.713	

⁽a) Os valores de mercado dos Bônus sênior e Bônus perpétuos são obtidos através das cotações de mercado dos instrumentos.

a) Condições contratuais restritivas

A VRG possui cláusulas restritivas ("covenants") em seus contratos de financiamento com as seguintes instituições financeiras: IFC, Bradesco e Banco do Brasil (Debêntures IV e V).

Os financiamentos de longo prazo (exceto bônus perpétuos e financiamentos de aeronaves) no valor total de R\$4.196 em 31 de dezembro de 2012 possuem cláusulas e restrições usuais, incluindo, porém não limitados àquelas que obrigam a Companhia manter a liquidez definida da dívida e da cobertura de despesas com taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos junto ao IFC e as Debêntures IV e V possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 4,0, (ii) o ativo circulante/passivo circulante de pelo menos 1,5, (iii) dívida líquida/EBITDA abaixo de 3,5 e (iv) índice de cobertura da dívida (CID) de pelo menos 1,3.

Segundo as medições da Companhia, as cláusulas restritivas foram: (i) dívida líquida/EBITDAR de 32,3, (ii) ativo circulante/passivo circulante de 0,5, (iii) dívida líquida/EBITDA (10,2) e (iv) índice de cobertura da dívida (CID) de (2,0), principalmente devido ao EBITDA acumulado negativo.

Dessa forma, a Companhia não atendeu os níveis mínimos para cláusulas de EBITDA e EBITDAR. No entanto, obtivemos *waivers* para os financiamentos, conforme descrito abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- Debêntures IV e V: Também em virtude do prejuízo operacional auferido no período, a Companhia não atingiu os parâmetros mínimos estabelecidos das Debêntures IV e V junto às instituições financeiras Bradesco e Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2012. Em 1º de fevereiro de 2013, obteve um waiver para 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013. A Companhia reclassificou o saldo de longo prazo das Debêntures IV e V para o curto prazo no valor R\$1.091, visando atender a normas contábeis brasileira e internacional estabelecidas no CPC 26 (R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 1 "Presentation of Financial Statements";
- IFC: Em virtude do prejuízo auferido neste período, porém mantém um consentimento específico (*waiver*) que desobriga a Companhia em incorrer com o vencimento antecipado deste financiamento durante o exercício de 2012. Por consequência, a VRG estabeleceu um novo vencimento para 15 de janeiro de 2013, seis meses antes de seu vencimento inicial prevista para julho de 2013.

b) Empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2012

BNDES Repasse – Banco SAFRA

Em 31 de março de 2010, a VRG contratou com o Banco Safra uma linha de crédito no valor total de R\$44.436 com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), programa indireto de repasse "Finame Moderniza BK". Os recursos serão destinados à modernização de turbinas em oficinas nacionais especializadas. O empréstimo tem prazo de 48 meses com seis meses de carência e o principal será amortizado mensalmente. O pagamento mensal juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,50% a.a..

Em 26 de maio de 2010, foi liberado para a VRG junto ao Banco Safra o montante de R\$23.000 cujo valor é referente à segunda parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em maio de 2014, o contrato prevê 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a..

Em 27 de setembro de 2010, foi liberada para a VRG junto ao Banco Safra R\$33.705 cujo valor é referente à terceira parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em outubro de 2014, o contrato prevê 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente atrelado a 1% da composição da carteira de recebíveis. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2012 o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$29.888 e R\$13.938, respectivamente (R\$29.956 e R\$42.837 em 31 de dezembro de 2011).

Citibank

Em dezembro de 2009, a Webjet captou a quantia de R\$33.630 com custos de transação inclusos de R\$2.080 com o Citibank. O prazo é de 36 meses com o principal objetivo de quitar o financiamento em dólar que a Companhia obteve com a "Tribeca Aviation Partners" referente à aquisição de aeronaves. O contrato tem o juros calculado de 11,33% a.a.. O empréstimo tem como garantia uma fiança bancária no valor de R\$26.550. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo registrado no passivo circulante era de R\$14.013 (R\$19.401 em 31 de dezembro de 2011).

BNDES (Direto)

Em 27 de junho de 2012, a Companhia por meio de sua controlada VRG obteve uma nova linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no montante de R\$18.570. Nesta mesma data o montante captado foi de R\$15.486. Os recursos têm como finalidade o financiamento da ampliação do Centro de Manutenção de Aeronaves ("CMA") concluído em 2010. O empréstimo possui prazo de 60 meses vencendo 15 de julho de 2017, com amortização e pagamento de juros mensal. A taxa de juros é calculada com base na TJLP acrescido de 1,40% a.a.. Como garantia para essa operação houve a colocação de uma fiança bancária no valor de R\$18.570. Em 31 de dezembro de 2012, o montante

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$3.140 e R\$11.098, respectivamente.

BDMG

Em 29 de março de 2010, a VRG realizou a captação junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no valor de R\$20.000 para financiamento da expansão do Centro de Manutenção de Confins e construção da Oficina de Freios em Lagoa Santa. O empréstimo tem um prazo total de 8 anos, carência de 36 meses e juros calculados com base no IPCA acrescido de 6% a.a.. O empréstimo será amortizado mensalmente no período de 60 meses a partir de abril de 2013. O financiamento tem como garantia a alienação fiduciária de motores. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante e no não circulante era de R\$6.401 e R\$20.134, respectivamente (R\$3.600 e R\$25.851 registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2011).

Banco IBM

A Companhia, por meio de sua controlada VRG, firmou em 2012 dois empréstimos junto ao Banco IBM S.A. a fim de financiar a aquisição de máquinas e prestação de serviços de tecnologia da informação. A primeira captação ocorreu em 23 de março, no montante de R\$15.031 em moeda nacional sem custos de captação, com prazo de 60 meses e vencimento em 26 de março de 2017. A taxa de juros é calculada com base no CDI acrescido de 2,42% a.a., e a taxa efetiva é de 12,17% a.a.. A segunda captação ocorreu em 10 de setembro, no montante de R\$12.482 em moeda nacional líquido dos custos de captação. O empréstimo tem prazo de 60 meses, com vencimento em 10 de setembro de 2017. A taxa de juros é calculada com base no CDI acrescido de 2,85% a.a., a taxa efetiva é de 13,31% a.a.. Ambos terão amortização semestral do principal e dos juros. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$6.663 e R\$20.484, respectivamente.

Capital de giro

Em 15 de março de 2012, a Companhia liquidou o empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira, captado em 21 de março de 2011, no montante de R\$85.000 (US\$51,121), com taxa efetiva de 3,42%, e captou uma nova linha de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Itaú em moeda nacional no montante de R\$85.000, sem custos de captação, com taxa efetiva de 12,34% a.a. e com vencimento em março de 2013. O saldo registrado no passivo circulante referente a esta operação em 31 de dezembro de 2012 era de R\$96.136.

Em 28 de setembro de 2012, a Webjet captou uma nova linha de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Industrial e Comercial S.A. ("Bicbanco"), no montante de R\$30.000, líquido dos custos de captação, com taxa efetiva de 15,15% a.a. e vencimento em janeiro de 2013.

Em dezembro de 2011, a controlada indireta Webjet possuía o montante de R\$200.000 de capital de giro em moeda nacional. O empréstimo junto ao banco Safra tem carência de 18 meses e o pagamento do total de R\$200.000 ocorrerá em seis parcelas semestrais, com 125% da taxa média diária do CDI Over, sendo o vencimento da última parcela em dezembro de 2015, com garantia de carta fiança conforme descrito na nota explicativa nº5. Os custos da transação a amortizar totalizam R\$4.000. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$66.667 e R\$131.188, respectivamente (R\$196.000 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011).

Financiamento de manutenção de motores (J.P. Morgan)

Durante o exercício de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, emitiu duas séries de *Guarantee Notes* ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores no montante total de US\$84,8 milhões, com garantia financeira de Export-Import Bank of the United States ("Ex-Im Bank"). A primeira série foi emitida em 29 de junho, precificada através de operações de mercado de capitais com taxa de juros de 1,00% a.a. no montante de R\$79.050 (US\$39,108 na data da captação), com amortização trimestral do valor principal e dos juros dos custos de emissão de US\$1.707 (R\$3.488 em 31 de dezembro de 2012). A segunda série foi emitida em 27 de setembro, precificada através de operações de mercado de capitais com taxa de juros de 0,85% a.a. no montante de R\$46.007 (US\$22,667 na data da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

captação), com amortização trimestral do valor principal e dos juros dos custos de emissão de US\$682 (R\$1.393 em 31 de dezembro de 2012). Ambos tem prazo de 2 anos, com vencimento em 29 de junho e 27 de setembro de 2014, respectivamente. Os saldos registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2012 eram R\$73.609 e R\$33.656, respectivamente.

<u>IFC</u>

Em julho de 2006, a Companhia por meio de sua controlada VRG, firmou contrato de empréstimo com taxa variável garantida junto ao IFC ("International Finance Corporation") no valor de R\$108.000 (US\$50.000). O financiamento teve por objetivo aquisição de peças de reposição e para capital de giro, com vencimento em julho de 2013 (prazo contratado de 6 anos com carência de 12 meses), juros calculados com base na Libor acrescida de 1,875% a.a. e garantia de penhor de peças e equipamentos de R\$7.256 (US\$4.167). Em julho de 2009, a Companhia renegociou o contrato da dívida modificando a taxa para Libor mais 3,75% a.a., gerando uma taxa efetiva em 2011 de 4,54% a.a.. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante era de R\$17.007 (R\$31.264 registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2011).

Finimp

Em 04 de outubro de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, captou o montante de U\$1.667, correspondendo a R\$3.091 no Banco do Brasil. O objetivo deste empréstimo foi a compra de peças para aeronaves. Este financiamento foi liquidado em sua totalidade no dia 28 de setembro de 2012 e possuía como garantia uma nota promissória no valor de U\$2,384 (R\$4.472). Em 21 de março de 2012 captou o montante de U\$3,985, (R\$7.261 na data da captação), com o objetivo de financiar a compra de peças para aeronaves. Em 08 de junho de 2012, captou também U\$1,825 (R\$3.726 na data da captação) a fim de adquirir peças de reposição e equipamentos para aeronaves, com garantia de uma nota promissória no valor total de US\$2,610 (R\$5.328 na data da captação). Em 22 de junho de 2012, captou U\$4,308 (R\$8.806 na data da captação) a fim de adquirir peças de reposição e equipamentos para aeronaves, com garantia de uma nota promissória no valor total de US\$6.160 (R\$12.593 na data da captação). Todos foram captados junto ao Banco do Brasil. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total relativo a esses empréstimos registrado no passivo circulante era de R\$24.179 (R\$3.127 registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2011).

Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia por meio de sua controlada VRG, captou no montante de U\$1,253, correspondentes a R\$2.641 (na data da captação) junto ao Bicbanco, parte de uma linha de crédito que mantém para financiamento de importação (*Finimp*) com o objetivo de compra de peças de reposição e equipamentos para aeronaves. Como garantia para este financiamento, houve a colocação de duas notas promissórias no montante total de US\$1,305 (R\$2.752). Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante era de R\$2.561.

Debêntures IV

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia aprovou a quarta emissão pública de 600 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela VRG com garantia da Companhia, sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1.000 (total de R\$600.000), com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro na VRG. Os custos de emissão foram de R\$6.453, que compõem o montante líquido captado de R\$593.547. O total de R\$1.613 já foi amortizado e reconhecido no resultado do exercício. O prazo de vencimento é de 5 anos a partir da data de emissão, e a amortização será realizada integralmente em 30 de setembro de 2015. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 118% do CDI. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante era de R\$596.451 (R\$595.160 em 31 de dezembro de 2011 registrado no passivo circulante).

Debêntures V

Em 10 de junho de 2011, a Companhia aprovou a quinta emissão pública de 500 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela VRG, sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$500.000, com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da VRG. Os custos de emissão foram de R\$7.264 que compõem o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

montante líquido captado de R\$492.736 e o total de R\$610 já foram amortizados e reconhecidos no resultado do exercício. O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão, e a amortização será realizada integralmente em 10 de junho de 2017. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 120% do CDI. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante era de R\$494.505 (R\$493.284 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2011).

c) Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro são indexados em dólares norte-americanos e estão detalhados a seguir:

	Consol (IFRS e B		
	31/12/2012 31/12/201		
2012	-	281.165	
2013	304.561	292.835	
2014	319.149	292.819	
2015	309.586	284.205	
2016	300.782	276.098	
Após 2016	1.241.672	1.118.240	
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.475.750	2.545.362	
Menos total de juros	(423.210)	(489.058)	
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	2.052.540	2.056.304	
Menos parcela do circulante	(207.652)	(161.755)	
Parcela do não circulante	1.844.888	1.894.549	

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,10% em 31 de dezembro de 2012 (6,10% em 31 de dezembro de 2011). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves sob a modalidade de arrendamentos mercantis financeiros para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2012, os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$88.334 (R\$59.552 em 31 de dezembro de 2011) e estão somados a rubrica de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

20. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante de R\$823.190 (R\$744.743 em 31 de dezembro de 2011) é representado por 3.640.935 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (4.245.181 em 31 de dezembro de 2011) com prazo médio de utilização de 92 dias (75 dias em 31 de dezembro de 2011).

21. Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de receita diferida do programa de milhagem do Smiles era de R\$124.905 e R\$364.307 classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$71.935 e R\$214.779 em 31 de dezembro de 2011) e a quantidade de milhas em aberto correspondia a 34.748.660.443 (23.004.285.890 em 31 de dezembro de 2011).

22. Adiantamento de clientes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui o montante de R\$93.595 (R\$30.252 em 31 de dezembro de 2011), conforme detalhamento a seguir:

Acordo Operacional - Co-Branded

A controlada VRG, firmou com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. em setembro de 2009 e Banco Itaucard em dezembro 2009 Acordos Operacionais de venda de milhas, direito de uso do banco de dados do programa de milhagem Smiles e direito de uso da marca Smiles, relacionado à emissão de cartões de crédito no formato "*Co-Branded*". O prazo de vigência do contrato é de cinco anos.

A venda de milhas foi registrada como adiantamento de clientes e em 31 de dezembro de 2012 o saldo de R\$ 1.200 (R\$9.620 em 31 de dezembro de 2011) representa as milhas remanescentes que ainda não foram creditadas para a conta de milhas dos clientes. O direito de uso do banco de dados do programa de milhagem Smiles foi registrado em outros passivos correntes e não correntes e estão sendo reconhecidos em outras receitas de forma linear de acordo com o período do contrato. O direito de uso da marca Smiles nos cartões de crédito foi reconhecido em outras receitas em julho de 2009.

Adiantamento Banco Patagônia S.A.

A controlada VRG, firmou com o Banco Patagônia S.A., em 07 de abril de 2011, um contrato de venda e concessão de milhas, com o objetivo de incentivar a utilização dos cartões de crédito do Banco Patagônia por parte de seus clientes para o acúmulo de pontos em seu Programa de Incentivo denominado Club Patagônia. O prazo de vigência do contrato é de um ano, sendo renovável pelo mesmo período, mediante aditivo assinado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía o montante de R\$588, como adiantamento para este contrato.

Adiantamento Itaucard S.A.

Em 1º de dezembro de 2012, a VRG transferiu à Smiles S.A. seu contrato de Parceria Smiles firmado em 1º de dezembro de 2009 com instituições financeiras do Banco Itaú S.A. O contrato tem como principal objetivo disciplinar a conversão dos pontos acumulados nos programas de recompensas do Banco Itaú S.A. pelas milhas do Programa Smiles pela Smiles S.A. a partir de 1º de janeiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto referente à venda antecipada de milhas ao Banco Itaú está registrado na rubrica "Adiantamentos de clientes", no montante de R\$91.807.

23. Obrigações Fiscais

	Control (BRGA		Consolio (IFRS e BR	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PIS e COFINS	-	-	25.973	107.987
REFIS	9.826	8.212	29.134	24.249
IRRF sobre salários	2	5	20.492	26.372
ICMS	-	-	22.902	12.602
Imposto sobre importação	-	-	3.355	3.410
CIDE	20	556	1.739	1.274
IOF	63	80	63	670
IRPJ e CSLL a recolher	4.524	1.433	12.138	8.573
Outros	3	839	5.100	4.534
	14.438	11.125	120.896	189.671
Circulante	5.443	3.233	73.299	76.736
Não circulante	8.995	7.892	47.597	112.935

PIS e COFINS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Com o início da sistemática da não cumulatividade na apuração do PIS (Lei nº 10.637/02) e da COFINS (Lei nº 10.833/03), a controlada VRG passou a aplicar as referidas regras, bem como questionar, junto ao Poder Judiciário, a aplicação da alíquota para cálculo destas contribuições até 31 de dezembro de 2011. Para tanto, a Companhia possuía depósitos judiciais em montante suficiente para assegurar a suspensão do crédito tributário no montante de R\$81.010 (R\$77.539 em 31 de dezembro de 2011). Entretanto, em 09 de janeiro de 2012, a Companhia protocolou a desistência do referido processo judicial, que foi homologada em março de 2012. Em 20 de setembro de 2012 os valores depositados judicialmente foram transformados em pagamento definitivo à União.

24. Provisões

	Provisão para seguros	Provisão para devolução antecipada de aeronaves Webjet	Provisões para devolução de aeronaves e motores VRG	Provisão para restruturação	Processos judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	23.499	26.262	181.045		75.944	306.750
Provisões adicionais reconhecidas	10.738	-	228.667	36.978	26.883	303.266
Provisões realizadas	(15.620)	(8.373)	(103.940)	-	(9.887)	(137.820)
Variação cambial	994	-	6.640	-	-	7.634
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.611	17.889	312.412	36.978	92.940	479.830
Em 31 de dezembro de 2011						
Circulante	23.499	16.252	35.817	-	-	75.568
Não circulante	-	10.011	145.227	-	75.944	231.182
	23.499	26.263	181.044		75.944	306.750
Em 31 de dezembro de 2012						
Circulante	19.611	17.889	105.471	36.978	-	179.950
Não circulante	-	-	206.941	-	92.940	299.880
	19.611	17.889	312.412	36.978	92.940	479.830

Provisão para devolução antecipada de aeronaves

Em 2011, de acordo com o planejamento estratégico da Webjet, foi constituída provisão para devolução antecipada de aeronaves. Esta provisão foi calculada com base no fluxo de devolução de 14 aeronaves referente contratos de arrendamentos operacionais, das aeronaves modelo Boeing 737-300, como parte da renovação da frota da Webjet. As devoluções antecipadas das aeronaves estavam previstas para ocorrer entre 2012 e 2013 e os vencimentos originais dos contratos de arrendamento estão entre 2012 a 2014. No exercício findos em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou cinco devoluções de aeronaves com prefixos WJC, WJX, WJG, WJP e WJW.

Devolução de aeronaves e motores

A provisão para devolução considera os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, sem opção de compra, quando da sua devolução conforme condições estabelecidas nos contratos de leasing, cuja contrapartida está capitalizada na rubrica de imobilizado (reconfigurações/ benfeitorias de aeronaves), conforme nota explicativa 15.

Provisão para restruturação

Em dezembro 2012, a Webjet reconheceu uma provisão para custo de reestruturação devido ao encerramento das atividades e a descontinuidade de sua marca. A primeira medida do plano de reestruturação foi a extinção das operações de voo e a descontinuidade da frota Boeing 737-300. Como resultado, a Companhia estimou as obrigações necessárias para a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

conclusão do processo, que compreendem os custos diretos ocasionados pela descontinuidade de certos ativos da Webjet (vide maiores detalhes na nota explicativa nº11).

Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas são partes em 18.667 processos judiciais e procedimentos administrativos. Os processos judiciais e procedimentos administrativos são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.). Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue da seguinte maneira.

	Operação	Sucessão	Total
Cíveis judiciais	10.254	501	10.755
Cíveis administrativas	1.916	15	1.931
Trabalhistas judiciais	2.313	3.532	5.845
Trabalhistas administrativas	134	2	136
Total	14.617	4.050	18.667

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas à atrasos de voos, cancelamentos de voos, extravios de bagagens e danos à bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente, discussões relacionadas à horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Cíveis	38.484	34.101
Trabalhistas	54.456	41.843
	92.940	75.944
	92.940	13.344

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Existem outros processos avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2012, de R\$37.250 para as ações cíveis e R\$16.354 para as ações trabalhistas (R\$33.221 e R\$16.019 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

A GLAI vem discutindo judicialmente a não incidência de PIS e COFINS sobre a receita auferida a título de Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$37.750, recebido no período de 2006 a 2008 de sua controlada GTA Transportes Aéreos S.A., sucedida pela VRG em 25 de setembro de 2008. De acordo com a opinião de nossos consultores jurídicos e com base na jurisprudência ocorrida em fatos recentes, a Companhia classificou este processo com a probabilidade de perda possível, sem constituição de provisão para o valor envolvido.

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato.

A Administração entende que a ausência da caracterização da circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS e com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparadas em ações da mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores. Em 31 de dezembro de 2012, o valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referente a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$ 217.279 (R\$205.102 em 31 de dezembro de 2011) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social está representado por 278.716.786 ações, sendo 143.858.204 ações ordinárias e 134.858.582 ações preferenciais. O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária era como segue:

	31/12/2012			31/12/2011			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Fundo Volluto	100,00%	22,99%	62,74%	100,00%	22,21%	61,63%	
Wellington Management Company	-	10,50%	5,08%	-	5,04%	2,49%	
Delta Airlines, Inc	-	6,15%	2,98%	-	6,22%	3,07%	
Fidelity Investments	-	5,22%	2,52%	-	5,27%	2,60%	
Ações em tesouraria	-	1,78%	0,86%	-	2,79%	1,38%	
Outros	-	1,48%	0,72%	-	1,50%	0,74%	
Mercado		51,88%	25,10%		56,97%	28,09%	
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

O capital social autorizado em 31 de dezembro 2012 era de R\$4,0 bilhões (R\$4,0 bilhões em 31 de dezembro de 2011). Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 13 de agosto de 2012, o Conselho de Administração, homologou o aumento do capital social que resultou na subscrição no valor de R\$183.189 mil, representados por 6.825.470 ações ordinárias e 1.501.312 ações preferenciais, totalizando 8.326.782 ações. Desse total, 8.300.455 ações foram subscritas pelo acionista controlador e 26.327 ações subscritas por acionistas minoritários. Findo todos os períodos referentes ao exercício do Direito de Preferencia, havia restado ainda 5.118.453 ações não subscritas, que foram canceladas na data de 13 de agosto de 2012, mediante a homologação parcial do aumento de capital.

A cotação das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA correspondeu a R\$12,90 e US\$6,56 (R\$12,44 e US\$6,63 em 31 de dezembro de 2011) na New York Stock Exchange – NYSE. O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2,79 (R\$8,24 em 31 de dezembro de 2011).

b) Reserva de Lucros

i. Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social após realização de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07, limitada a 20% do capital social, de acordo com a legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, foi realizada em sua totalidade para a absorção de prejuízos do exercício.

ii. Reserva para reinvestimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, que destina a aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2011, foi realizada em sua totalidade para a absorção de prejuízos do exercício.

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos em dinheiro somente de lucros retidos não apropriados e certas reservas registradas nos registros contábeis da Companhia.

d) Ações em tesouraria

Em 26 de dezembro de 2012, foram alienadas 1.327.500 ações preferenciais de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, no montante de R\$16.213 com ágio resultante de R\$1.124. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 2.396.725 ações em tesouraria, totalizando R\$35.164, com valor de mercado de R\$30.918 (R\$51.377 em ações com valor de mercado de R\$46.329 em 31 de dezembro de 2011).

e) Remuneração baseada em ações

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da reserva de remuneração baseada em ações era de R\$79.255. A Companhia registrou uma despesa com remuneração baseada em ações no montante de R\$10.653 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo com pessoal (R\$24.875 em 31 de dezembro de 2011).

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A marcação a valor justo dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários, até o vencimento dos contratos. O saldo em 31 de dezembro de 2012 corresponde a uma perda líquida de impostos de R\$68.582 (perda de R\$79.268 em 31 de dezembro de 2011).

26. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Controladora (BRGAAP)					
	31/12/2012	31/12/2012		_		
	Total	%	Total	%		
Com pessoal (a)	(12.816)	(58,2)	(27.137)	157,6		
Prestação de serviços	(1.539)	(7,0)	(7.807)	45,3		
Depreciação e amortização	(89)	(0,4)	(89)	0,5		
Outras despesas	(363)	(1,7)	(3.927)	22,8		
Ganhos com operações de sale leaseback	36.802	167,3	21.738	(126,2)		
	21.995	100,0	(17.222)	100,0		

⁽a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, bem como plano de remuneração baseado em ações na controladora.

Consolidado (IFRS e BRGAAP)					
		31/12/2013	2		
			Outras		
Custos dos		Despesas	receitas		
serviços	Despesas	administrativas	(despesas),		
prestados	comerciais		operacionais	Total	%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Com Pessoal	(1.312.565)	(85.743)	(171.362)	-	(1.569.670)	17,4
Combustíveis e Lubrificantes	(3.742.219)	-	-	-	(3.742.219)	41,5
Arrendamento de Aeronaves	(644.031)	-	-	-	(644.031)	7,1
Seguro de Aeronaves	(26.875)	-	-	-	(26.875)	0,3
Material de Manutenção e Reparo	(417.990)	-	-	-	(417.990)	4,6
Prestação de Serviços	(294.444)	(63.528)	(170.765)	-	(528.737)	5,9
Comerciais e Publicidade	-	(426.582)	-	-	(426.582)	4,7
Tarifas de Pouso e Decolagem	(559.421)	-	-	-	(559.421)	6,2
Depreciação e Amortização	(446.588)	-	(73.043)	-	(519.631)	5,8
Outras receitas (despesas) líquidas	(457.488)	(54.734)	(41.835)	(19.959)	(574.016)	6,5
	(7.901.621)	(630.587)	(457.005)	(19.959)	(9.009.172)	100,0

-	Consolidado (IFRS e BRGAAP)							
_	31/12/2011							
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais	Total	%		
Com Pessoal	(1.312.444)	(90.436)	(157.556)	-	(1.560.436)	20,0		
Combustíveis e Lubrificantes	(3.060.665)	-	-	-	(3.060.665)	39,3		
Arrendamento de Aeronaves	(505.058)	-	-	-	(505.058)	6,5		
Seguro de Aeronaves	(31.921)	-	-	-	(31.921)	0,4		
Material de Manutenção e Reparo	(434.181)	-	-	-	(434.181)	5,6		
Prestação de Serviços	(240.931)	(76.187)	(167.524)	-	(484.642)	6,2		
Comerciais e Publicidade	-	(422.696)	-	-	(422.696)	5,4		
Tarifas de Pouso e Decolagem	(395.249)	-	-	-	(395.249)	5,1		
Depreciação e Amortização	(332.236)	-	(63.571)	-	(395.807)	5,1		
Outras despesas (receitas) líquidas.	(333.370)	(88.701)	(181.252)	21.738	(581.585)	7,5		
Deságio na aquisição de controlada	- -	-	- -	88.428	88.428	(1,1)		
	(6.646.055)	(678.020)	(569.903)	110.166	(7.783.812)	100,0		

27. Receita de vendas

a) receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	(IFRS e BRGAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011		
Transporte de passageiros	7.409.984	6.947.195		
Transportes de cargas e outras	1.106.508	925.492		
Receita bruta	8.516.492	7.872.687		
Impostos incidentes	(412.933)	(333.379)		
Receita líquida	8.103.559	7.539.308		

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas.

A receita por segmento geográfico é como segue:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Doméstico	7.535.068	93,0	7.000.001	92,8
Internacional	568.491	7,0	539.307	7,2
Receita líquida	8.103.559	100,0	7.539.308	100,0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

28. Resultado Financeiro

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira				
Ganhos com instrumentos derivativos	-	-	227.980	264.143
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	21.529	14.590	99.287	147.508
Variações monetárias	1.982	4.031	13.231	15.919
Juros ativos	-	-	8.871	36.257
Outros	16.918	13.901	20.845	13.697
	40.429	32.522	370.214	477.524
Despesas Financeiras				
Perdas com instrumentos derivativos	-	-	(177.644)	(316.568)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(133.046)	(112.197)	(453.731)	(414.430)
Comissões e despesas bancárias	(5.144)	(6.080)	(37.665)	(24.648)
Variações monetárias	-	-	(9.085)	(8.687)
Outros	(2.635)	(28.701)	(86.727)	(70.208)
	(140.825)	(146.978)	(764.852)	(834.541)
Variação cambial líquida	(96.309)	(122.153)	(284.571)	(398.897)
TOTAL	(196.705)	(236.609)	(679.209)	(755.914)

29. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 155 pedidos firmes com a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$32.462.490 (correspondendo a US\$15.885.730 na data do balanço) e estão segregados conforme os períodos abaixo:

	31/12/2012
2013	2.690.803
2014	2.740.256
2015	2.722.067
2016	2.821.653
2017	1.640.785
2018	448.242
2019	3.429.708
2020	3.508.638
2021	3.591.247
2022	3.681.212
2023 em diante	5.187.879
	32.462.490

Em 31 de dezembro de 2012, dos compromissos mencionados acima, a Companhia possui o montante de R\$4.046.547 (correspondendo a US\$1.980.205 na data do balanço), a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, que deverão ser desembolsados conforme os períodos abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

2014	389.047
2015	444.920
2016	146.706
2017	171.725
2018	455.171
2019	493.121
2020	504.892
2021	442.023
2022	236.804
2023 em diante	478.445
	4.046.547

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Ex-Im Bank dos Estados Unidos ("Exim") corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros, exceto por 6 aeronaves próprias da controlada indireta Webjet.

Em 31 de dezembro de 2012, a frota total arrendada era composta de 141 aeronaves (sendo 128 da VRG e 13 da Webjet), dentre as quais 96 eram arrendamentos mercantis operacionais e 45 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 39 aeronaves financeiras que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu quatro aeronaves com base em contrato de arrendamento mercantil operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou quatro devoluções de aeronaves.

a) Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis são denominados em dólares norte-americanos e estão demonstradas como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	594.976
2013	720.708	517.326
2014	520.677	341.486
2015	358.766	205.631
2016	292.357	157.231
Após 2016	1.141.234	452.831
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	3.033.742	2.269.481

b) Transações com sale-leaseback

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía os montantes de R\$7.564 e R\$8.367, respectivamente, na rubrica de outras obrigações do passivo circulante e não circulante (R\$7.564 e R\$15.931 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ganhos com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc., em 2006, de oito aeronaves 737-800 Next Generation. Esses ganhos foram diferidos e estão sendo amortizados proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis operacionais pelo prazo contratual de 124 meses.

Nesta mesma data, possuía na rubrica de despesas antecipadas no ativo circulante e não circulante os montantes de R\$9.373 e R\$44.828 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a perdas com transações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de nove aeronaves. Durante os anos de 2007, 2008 e 2009 estas perdas foram diferidas e estão sendo amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou ganho de R\$36.802, reconhecido diretamente no resultado do exercício, tendo em vista que a apuração de ganhos e perdas com *sale-leaseback* não se compensavam ao longo do contrato de arrendamento mercantil.

30. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que partes desses instrumentos financeiros são derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados com a finalidade de proteção (*hedge*) dos riscos inerentes à operação. A Companhia e suas controladas consideram como riscos mais relevantes o preço de combustível, a taxa de câmbio e a taxa de juros. Estes riscos são mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros. As contratações podem ser realizadas por meio dos fundos exclusivos de investimento, conforme descrito na Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Riscos e tem uma diretriz formal, em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (CPR) e submetidas ao Conselho de Administração. O Comitê de Políticas estabelece as diretrizes e limites, e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos.

Os valores justos de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são determinados por meio de informações disponíveis no mercado e conforme metodologias de avaliação.

A maioria dos instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção contra os riscos de combustíveis possui cenários com baixa probabilidade de ocorrência e, portanto, têm custos mais baixos em comparação com outros instrumentos cuja probabilidade de ocorrência é maior. Por consequência, apesar da alta correlação entre o objeto protegido e os instrumentos financeiros derivativos contratados, uma significativa parte das operações apresenta resultados inefetivos para fins de *hedge accounting* no momento de sua liquidação, e estão apresentados nas tabelas ao decorrer desta nota explicativa.

As descrições dos saldos contábeis consolidados e as categorias dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado			dos ao custo izado (a)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	775.551	1.230.287	-	-	
Aplicações financeiras (c)	585.028	1.009.068	-	-	
Caixa restrito	224.524	109.095	-	-	
Direitos com operações de derivativos (b)	10.696	4.213	-	-	
Contas a receber	-	-	325.665	354.134	
Depósitos	-	-	500.379	455.127	
Outros créditos	-	-	74.360	53.546	
Prêmios de hedge – despesa antecipada	-	11.572	-	-	
• • •			-		
Passivos			-		
Empréstimos e financiamentos	-	-	5.191.175	4.991.448	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Fornecedores	-		480.185	414.563
Obrigações com operações de derivativos (b)	56.752	115.432	-	-

- (a) Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpetuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.
- (b) A Companhia mantém registrado em 31 de dezembro de 2012 o montante líquido de impostos de R\$68.582 (R\$79.268 em 31 de dezembro de 2011) no patrimônio liquido como ajuste de avaliação patrimonial em contrapartida destes ativos e passivos.
- (c) A Companhia gerencia suas aplicações financeiras como mantidas para negociação para suprir suas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos seguintes riscos financeiros: de mercado (em especial, preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez.

O programa de gestão de riscos da Companhia visa mitigar potenciais efeitos adversos de operações que podem afetar o seu desempenho financeiro.

As decisões da Companhia e suas controladas sobre a parcela de exposição a ser protegida contra riscos financeiros, tanto para consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção.

A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos de proteção para a totalidade de sua exposição, estando, portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A parcela da exposição a ser protegida é determinada e revista, no mínimo, trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas no Comitê de Políticas de Riscos.

As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir:

a) Risco do preço de combustível

Em 31 de dezembro de 2012, os gastos com combustível representaram 42% dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas. O preço do combustível de aeronave varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com as variações no preço do petróleo cru e de seus derivados.

Para mitigar o risco de preço de combustível, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e, eventualmente, aos seus derivados; também são contratadas, diretamente com o fornecedor local, entregas futuras do combustível de aeronave a preços pré-determinados.

b) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas estão expostos. A exposição dos itens patrimoniais da Companhia e suas controladas ao risco de moeda estrangeira decorrem principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira.

As receitas da Companhia e suas controladas são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares, Pesos argentinos, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios, Bolívares da Venezuela entre outros.

Para mitigar o risco de taxa de câmbio, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos referenciados ao dólar norte-americano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e a de 2011 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado			
	(BRGA	AP)	(IFRS e B	RGAAP)		
	31/12/2012	31/12/2012 31/12/2011		31/12/2011		
Ativo						
Caixa e aplicações financeiras	181.941	38.458	371.360	237.668		
Depósitos	-	-	556.582	455.127		
Prêmios de hedge – despesa antecipada		-	-	11.572		
Despesa antecipada com arrendamentos	-	-	15.291	30.382		
Créditos com empresas relacionadas	534.262	593.817	-	-		
Outros	-	-	4.384	6.588		
Total do ativo	716.203	632.275	947.617	741.337		
Passivo						
Fornecedores estrangeiros		-	23.876	32.270		
Empréstimos e financiamentos	1.511.709	1.386.099	1.584.897	1.455.336		
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	2.052.540	1.996.752		
Outros arrendamentos mercantis a pagar		-	35.845	59.552		
Provisão para devolução de aeronaves		-	312.411	181.044		
Obrigações com empresas relacionadas	493.918	222.725	-	-		
Outras obrigações em dólar			<u> </u>	7.616		
Total do passivo	2.005.628	1.608.824	4.009.569	3.732.570		
Exposição cambial em R\$	1.289.425	976.549	3.061.952	2.991.233		
Compromissos não registrados no balanço						
Obrigações futuras decorrentes de contratos de						
arrendamento operacional	4.046.547	1.991.402	4.046.547	1.991.402		
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para						
compra de aeronaves	32.462.490	15.780.007	32.462.490	15.780.007		
Total	36.509.037	17.771.409	36.509.037	17.771.409		
Total da exposição cambial R\$	37.798.462	18.747.958	39.570.989	20.762.642		
Total da exposição cambial US\$	18.496.923	9.994.647	19.361.478	11.068.686		
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2,0435	1,8758	2,0435	1,8758		

c) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e de suas controladas estão expostos às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e *Libor*, respectivamente. A maior exposição está nas operações de arrendamento mercantil, indexadas pela *Libor* e nas dívidas locais.

Para mitigar o risco de taxa de juros, a Companhia e suas controladas contratam derivativos do tipo swap.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia e suas controladas, principalmente representado nas rubricas de: contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos bancários.

O risco de crédito do "contas a receber" é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da Companhia e suas controladas, e também por contas a receber das agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, ficando uma pequena parcela exposta a risco de pessoas físicas ou demais entidades.

Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia e suas controladas tem, como obrigação, avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os ativos financeiros são realizados com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

contrapartes que possuem *rating* mínimo de "*investment grade*" na avaliação feita pelas agências S&P ou Moodys. Os instrumentos financeiros derivativos são, na maioria, contratados em bolsa de valores de mercadoria e futuros (BM&FBOVESPA e *NYMEX*), o que mitiga substancialmente o risco de crédito; as operações de derivativos contratadas em mercado de balcão (OTC) tem contrapartes com *rating* mínimo de "*investment grade*" A Politica de Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas estabelece também um limite máximo de 20% por contraparte para as aplicações financeiras.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Politica de Gestão de Caixa da Companhia e suas controladas estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfolio de investimento. Em 31 de dezembro de 2012, o prazo médio ponderado dos ativos financeiros da Companhia era de 15 dias e das dívidas financeiras, excluindo o bônus perpétuo, era de 4,1 anos.

f) Gerenciamento de capital

A tabela abaixo demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	
Patrimônio total	732.828	2.205.911	
Caixa e equivalentes de caixa	(775.551)	(1.230.287)	
Caixa restrito	(224.524)	(109.095)	
Aplicações financeiras	(585.028)	(1.009.068)	
Empréstimos e financiamentos	5.191.175	4.991.448	
Dívida líquida (a)	3.606.072	2.642.998	
Capital Total (b)	4.338.900	4.848.909	
Taxa de alavancagem (a) / (b)	83%	55%	

A Companhia e suas controladas permanecem comprometidas a manter a liquidez elevada e um perfil de amortização sem pressão de refinanciamento no curto prazo.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

Movimentação de ativos e passivos	Combustível	Moeda estrangeira	Taxa de juros	
A. (D) 21 1 1 1 2011	(0.017)		(0.6.220)	
Ativo (Passivo) em 31 de dezembro de 2011 Variações no valor justo:	(9.217)	-	(96.229)	
Ganhos (Perdas) reconhecidos (as) em resultados não designados (a)	-	46.978	1.879	
Ganhos (Perdas) reconhecidos (as) em outros resultados abrangentes	45.565	-	(24.641)	
Pagamentos (Recebimentos) durante o exercício	(23.485)	(46.978)	64.242	
Ativo (Passivo) em 31 de dezembro de 2012 (*)	12.863	-	(54.749)	
		Moeda	Taxa de	
Movimentação de outros resultados abrangentes	Combustível	estrangeira	juros	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Efeitos no resultado (a+b)	11.798	46,978	(5.186)	53,590
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.389	-	(69.971)	(68.582)
Efeito fiscal	(11.481)	-	5.976	(5.505)
Reversões para o resultado (b)	(11.798)	-	7.064	(4.733)
Ajustes de valor justo durante o exercício	45.565	-	(24.641)	20.924
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(20.898)	-	(58.370)	(79.268)

^{*} Classificado como "Direitos com operações de derivativos" caso o saldo seja ativo ou como "Obrigação com operações de derivativos" caso o saldo seja um passivo.

A Companhia e suas controladas adotam o *Hedge Accounting*. Em 31 de dezembro de 2012, os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de taxa de juros e preço do combustível estavam classificados como "*hedge* de fluxo de caixa" (*Cash Flow Hedge*), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38 e 40, na orientação técnica OCPC03 e na norma internacional *IAS* 39.

Classificação dos Instrumentos financeiros derivativos

i. Hedge de Fluxo de Caixa

No *hedge* de fluxo de caixa, a Companhia e suas controladas protegem a variação de receita ou despesa futura proveniente das variações, da taxa de juros ou do preço do combustível, e contabilizam as variações efetivas do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do *hedge*.

A Companhia e suas controladas estimam a efetividade com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos.

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do preço no custo ou despesa protegidos.

Os saldos de variações efetivas de valor justo de derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados do patrimônio líquido para resultado no período em que o custo ou despesa objeto do *hedge* impacta resultado. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o custo operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do exercício.

ii. Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos que formalmente não são designados para a contabilidade de proteção. Estas situações ocorrem quando não compensa a complexidade do controle e divulgação, ou quando a variação do valor justo do derivativo deve ser reconhecida no resultado no mesmo período dos efeitos do risco protegido.

Atividades de hedge

a) *Hedge* de combustível

Em virtude da baixa liquidez dos derivativos de combustível de aviação (*Jet Fuel*) negociados em bolsas de mercadorias, a Companhia e suas controladas contratam derivativos de petróleo cru (WTI, Brent) e seus derivados (*Heating Oil*) para se proteger contra a oscilação do preço de combustível de aeronave. Historicamente, os preços destes produtos têm alta correlação com os preços do combustível de aviação.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem contratos de opções e de collar, Brent e WTI, designados como *cash flow hedge accounting* de combustível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de petróleo da Companhia e suas controladas estão sumariados a seguir:

Saldo final em:				31/12/2012	31/12/20)11
Valor justo ao final do período (R\$)				12.864	(9.2	17)
Volume protegido para períodos futuros (mil barris))			1.849	3.6	31
Volume contratado para períodos futuros (mil barris	s)			2.958	5.8	10
Ganhos (perdas) com efetividade do hedge reconh	necido no par	trimônio líquid	lo, líquido	1.389	(20.89	98)
Período encerrado em:				2012	2011	
Ganhos (perdas) do <i>hedge</i> reconhecidas em custos o	operacionais	(R\$)		3.255		-
Ganhos (perdas) do hedge reconhecidas em receitas	(despesas) f	inanceiras (R\$)	8.543	7	77
Total de ganhos (perdas) (R\$)				11.798	7	77
	1T13	2T13	3T13	4T13	Total 12M	1T14 - 1T15
Percentual da exposição de combustível protegido	21%	9%	7%	7%	11%	6%
Volume contratado (mil barris)	825	339	270	280	1.714	1.244
Taxa contratada a futuro por barril (US\$) *	112,90	105,55	106,63	105,63	109,27	103,93
Total em Reais **	190.340	73.118	58.834	60.441	382.734	264.206

^{*} Média ponderada dos strikes de calls.

b) Hedge de câmbio

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem contratos derivativos de futuro de dólar americano para proteção cambial do fluxo de caixa, não designados como *hedge accounting*. As perdas e ganhos dos derivativos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estão apresentados a seguir:

			31/12/20	12 31	1/12/2011	
Valor justo ao final do período (R\$)					-	
Volume protegido para períodos futuros (US\$)			368.2	50	-	
Período encerrado em:			2012		2011	
Ganhos (perdas) reconhecidas como receitas fin	anceiras (R\$)		51.189		1.022	
	1T13	2T13	3T13	4T13	Total 12M	
Percentual da exposição de fluxo de caixa	28%	17%	10%	10%	16%	
Valor nominal (US\$)	150.500	99.000	59.500	59.250	368.250	
Taxa contratada a futuro (R\$)	2,084	2,073	2,061	2,056	2,073	
Total em Reais	313,709	205.246	122.614	121.797	763,367	

Desde julho de 2011 que a Companhia e suas controladas não possuem contratos derivativos de câmbio designados como *fair value hedge* de dólar americano. A tabela abaixo demonstra os valores reconhecidos no resultado financeiro referente a essas operações:

^{**} Taxa de câmbio 31/12/2012 R\$2,0435 / US\$1,00.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Período encerrado em:	2012	2011
Ganhos (perdas) com efetividade do hedge reconhecidas em despesas financeiras (R\$)	-	(34.130)

Em março de 2012, venceu o swap cambial (USD x CDI) firmado para proteger um capital de giro indexado ao dólar. A Companhia e suas controladas não efetuaram novas contratações deste tipo. A tabela abaixo demonstra os valores reconhecidos no resultado financeiro referente a este swap:

Período encerrado em:	2012	2011
Ganhos (perdas) reconhecidos em (despesas) receitas financeiras	(4.211)	2.618

c) Hedge de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas detêm instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* designados como *cash flow hedge* de taxas de juros *Libor*. A posição dos contratos derivativos de juros *Libor* está apresentada a seguir:

Saldo final em:	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo ao final do período (R\$)	(56.752)	(88.440)
Valor nominal ao final do período (US\$)	278.058	505.181
Ganhos (perdas) com efetividade do $hedge$ reconhecido no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	(69.971)	(58.370)
Período encerrado em:	2012	2011
Ganhos (perdas) reconhecidas como despesas financeiras (R\$)	(7.065)	(279)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas detinham posição em contratos derivativos de juros Libor não designados como *hedge accounting*. A posição destes contratos está apresentada a seguir:

Saldo final em:	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo ao final do período (R\$)	2.003	(7.789)
Valor nominal ao final do período (US\$)	82.100	31.417
Período encerrado em:	2012	2011
Ganhos (perdas) reconhecidas como (despesas) receitas financeiras (R\$)	1.879	(21.704)

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia; deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas, por serem fundamentadas em simplificações estatísticas, não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Os quadros, a seguir, demonstram a análise de sensibilidade para os riscos de mercado e instrumentos financeiros, considerados relevantes pela Administração da Companhia, posição em aberto em 31 de dezembro de 2012 e com base nos cenários acima descritos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O cenário provável da Companhia é o de manutenção dos níveis de mercado e, portanto, o impacto sobre os valores justos é nulo.

Nos quadros, valores expostos positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos).

Consolidado

I) Fator de risco combustível

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detém contratos de derivativos de petróleo tipos Brent e WTI, no total de 2.958 mil barris, com vencimentos de janeiro de 2013 a dezembro de 2014.

Risco	Valores Expostos	Cenário Adverso Remoto	Cenário Adverso Possível	Cenário Provável
		-50%	-25%	
Queda nos preços do petróleo	12.864	(212.524)	(98.144)	-
	Brent	US\$ 55,56/bbl	US\$ 83,33/bbl	US\$ 111,11/bbl
	WTI	US\$ 45,91/bbl	US\$ 68,87/bbl	US\$ 91,82/bbl

II) Fator de risco câmbio

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detém contratos de derivativo de dólar no valor nocional de US\$368.250 com vencimentos em janeiro e fevereiro de 2013, e uma exposição cambial passiva líquida de US\$1.498.383. Nesta data, adotamos a taxa de câmbio de fechamento de R\$2,0435/US\$ como cenário provável, e apuramos o impacto decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

Instrumento Valores Expostos	-50%	-25%	+ 25%	+50%	
	R\$ 1,0218/USD	R\$ 1,5326/USD	R\$ 2,5544/USD	R\$ 3,0653/USD	
Passivo, líquido	(3.061.946)	1.530.973	765.487	(765.487)	(1.530.973)
Derivativo	0	(378.126)	(189.063)	189.063	378.126
	(3.061.946)	1.152.847	576.423	(576.423)	(1.152.847)

III) Fator de risco juros

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detém ativos e passivos indexados à taxa overnight CDI Cetip, passivos financeiros com juros *Libor* e TJLP, empréstimos indexados ao IPCA e posição em derivativos de juros *LIBOR*.

Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto sobre os juros trimestrais dos valores expostos em 31 de dezembro de 2012, proveniente de oscilações nas taxas de juros conforme os cenários demonstrados a seguir:

Instrumento Risco Valores Expostos	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível 25%	Cenário Adverso Remoto 50%
------------------------------------	---------------------	------------------------------------	----------------------------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Aplicações- Empréstimos Financeiros	Aumento da taxa CDI	(329.550)	-	(2.289)	(4.579)
Derivativo	Queda da taxa Libor	(54.749)	-	(22.770)	(45.540)
Empréstimos e Arrendamentos Financeiros	Aumento da taxa Libor	(355.529)	-	(720)	(1.441)
Empréstimos	Aumento da TJLP	(72.076)	-	(371)	(743)
Empréstimos	Aumento do IPCA	(26.535)	-	(76)	(151)

Controladora

I) Fator de risco câmbio

Em 31 de dezembro de 2012, a Controladora possui uma exposição cambial passiva líquida de US\$630.988.

Instrumento	Risco	Valores Expostos	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível 25%	Cenário Adverso Remoto 50%
Passivo, líquido	Valorização do dólar	(1.289.425)	-	(322.356)	(644.713)
		Dólar	2,0435	2,554375	3,06525

IFRS

Além da análise de sensibilidade de acordo com os padrões acima descritos, é realizada também a análise do impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da Companhia e suas controladas e sobre o seu patrimônio líquido considerando:

- Aumento e queda de 10 pontos percentuais no preço do combustível, mantendo-se constantes todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constantes todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de juros *Libor*, mantendo-se constante todas as demais variáveis:

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários relevantes aos riscos acima citados e em aberto. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o risco é valorizado em 10%.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com base nos cenários acima descritos:

Combustível:

	Posição em 31 de d	ezembro de 2012	Posição em 31 de dezembro de 2011		
Aumento / (redução) no preço de combustível (porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

<u>`</u>	·/ ·			
10 (10)	(368)	(217) 240	(295) 295	(186)
(10)				
<u> Câmbio - Dólar:</u>				
	Posição em 31 de d	lezembro de 2012	Posição em 31 de d	ezembro de 2011
Valorização / (desvalorização) em dólar US/R\$ (taxa porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(479)	(316)	(386)	(255)
(10)	479	316	386	255
Taxa de Juros - Libor:			D : 2	
	Posição em 31 de d	lezembro de 2012	Posição em 31 de d	ezembro de 2011
Aumento / (redução) na taxa Libor (porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(1)	5	(0,5)	9
(10)	1	(5)	0,5	(9)

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- a) Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- b) Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- c) Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2012.

Instrumento Financeiro	Valor Contábil 31/12/2012	Outros Fatores Observáveis Significativos (Nível 2)
------------------------	------------------------------	---

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Caixa e equivalentes de Caixa	775.551	775.551
Aplicações financeiras	585.028	585.028
Caixa restrito	224.524	224.524
Obrigações com operações de derivativos	56.752	56.752
Direitos com operações de derivativos	10.696	10.696

31. Transações que não afetaram o caixa

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia aumentou o seu imobilizado no montante de R\$104.679, e apresentou dividendos prescritos de R\$577, transações estas que não afetaram seu caixa no exercício.

32. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade Aeronáutico	Em reais	Em dólar
Garantia – Casco/Guerra	173.647	85.000
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	1.532.175	750.000
Estoques (base e trânsito)	286.006	140.000

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar, eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente a partir de 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida.

33. Eventos Subsequentes

- a. A partir de 01 de janeiro de 2013, a Smiles S.A. passou a operar as atividades relacionadas ao programa de relacionamento "Smiles", até 31 de dezembro de 2012 conduzidas pela VRG. A sociedade criada tem por objeto social no âmbito do programa de fidelização de clientes ("programa") realizar essencialmente: (i) o desenvolvimento e o gerenciamento do programa; e (ii) a comercialização de direitos de resgate de prêmios. Essa mudança em nossa estrutura irá alterar os nosso segmentos reportáveis que serão segregados entre "Transporte de passageiros" e "Programa de Relacionamento Smiles" a partir do primeiro trimestre de 2013.
- b. Em 1º de fevereiro de 2013, a Companhia obteve a autorização a não declaração do vencimento antecipado e/ou aplicação de qualquer penalidade sobre o descumprimento de suas cláusulas contratuais restritivas. Esta desobrigação da Companhia foi deliberada em Assembléia Geral de Debenturistas das quarta e quinta emissões de debêntures. Em decorrência desta autorização, em 25 de março de 2013 (data da divulgação desta Demonstração Financeira) a Companhia encontra-se adimplente com as suas obrigações pactuadas na escritura das debêntures.
- c. Em 07 de fevereiro de 2013, a VRG emitiu uma oferta de US\$200 milhões em 10.75% a.a. em Notas Seniores ("Senior Bonds Notes") com vencimento em 2023, em uma operação isenta de registro em conformidade com o *Securities Act* dos EUA, datado de 1933, conforme alterado ("Securities Act").

A GLAI é a garantidora das Notas Seniores emitidas pela sua subsidiária VRG. As Notas constituem-se em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

obrigações sênior sem garantia real e poderão ser resgatadas após o decurso de cinco anos. A Companhia pretende utilizar os recursos da oferta para o pagamento de dívidas com vencimento nos próximos três anos e capital de giro.

d. Em 27 de fevereiro de 2013, em atendimento ao disposto no artigo 157, §4°, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do disposto no artigo 2° da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, a Companhia anunciou que sua controlada, a Smiles S.A. ("Smiles"), apresentou o pedido de registro de companhia aberta e de realização da oferta pública inicial de distribuição das ações de sua emissão perante a CVM ("IPO"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e da Instrução da CVM nº 480, de 4 de abril de 2000, com esforços de colocação das Ações no exterior. É esperado que as Ações Ordinárias sejam admitidas à negociação no Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA . A Oferta está sujeita à concessão dos registros pela CVM e às condições de mercado.